

# *Fundamentos da Nova Educação*

JORGE WERTHEIN

CÉLIO DA CUNHA

Série **EDUCAÇÃO**

**Volume 5**

*Cadernos* **UNESCO**

Brasília, fevereiro de 2005

© UNESCO 2000, Edição publicada pelo Escritório da UNESCO no Brasil.

Segunda impressão: 2005.

### **Conselho Editorial**

Jorge Werthein  
Cecilia Braslavsky  
Juan Carlos Tedesco  
Adama Ouane  
Célio da Cunha

### **Comitê para a Área de Educação**

Alvana Bof  
Candido Gomes  
Célio da Cunha  
Katherine Grigsby  
Marilza Machado Regattieri

*Revisão:* Aline Maria Duarte Möl, Reinaldo Lima

*Assistente editorial:* Larissa Vieira Leite, Rachel Gontijo de Araújo

*Editoração eletrônica:* Paulo Selveira

*Projeto gráfico:* Edson Fogaça

© UNESCO 2000. ISBN: 85-87853-18-X

Werthein, Jorge

Fundamentos da nova educação/Jorge Werthein e Célio do Cunha. --  
Brasília : UNESCO, 2000.

84p. – (Cadernos UNESCO. Série educação; 5).

1. Educação I. Cunha, Célio da II. UNESCO III. Título IV. Série.

CDD 370



### **Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**

Representação no Brasil

SAS, Quadra 5, Bloco H, lote 6, Ed. CNPq/IBICT/UNESCO, 9º andar.

70070-914 – Brasília/DF – Brasil

Tel.: (55 61) 2106-3500 – Fax: (55 61) 322-4261

E-mail: [grupoeditorial@unesco.org.br](mailto:grupoeditorial@unesco.org.br)

Para Sofia e Mateus

*Jorge Wertheim*

# SUMÁRIO

1. Os fundamentos da educação para o século XXI . . . . . 11
2. A UNESCO e as novas perspectivas para o desenvolvimento  
do ensino superior . . . . . 29

## Anexos

### Conferência de Havana

- I. Informe final de la conferencia . . . . . 49
  - II. Declaración sobre la educación superior en la  
América Latina y el Caribe . . . . . 59
  - III. Guía para la elaboración de un plan de acción . . . . . 67
- Notas sobre os autores . . . . . 83

## NOTA INTRODUTÓRIA

A UNESCO tem procurado desenvolver um esforço permanente com o objetivo de colocar em debate público as idéias, estudos e os principais compromissos da Organização no campo da educação, da ciência, da cultura e da comunicação. Dessa forma, neste volume 5 – Série Educação da Coleção Cadernos UNESCO, estão reunidas duas conferências apresentadas em eventos diversos, sendo a primeira sobre os pilares da educação contemporânea, e a segunda sobre as perspectivas do ensino superior para o século XXI. Ambas se fundamentam em documentos de orientação da UNESCO e servem de base para o advento de uma nova educação.

Uma nova educação, que leve em conta os quatro pilares do Relatório Delors e os sete saberes pensados por E. Morin, tornou-se imprescindível para que o século XXI avance em direção à universalização da cidadania. Essas idéias devem ser exaustivamente debatidas por todos os que têm responsabilidade na formulação e execução da política educacional. No contexto desse debate, deve assumir papel instigador e propulsor a universidade, que continua a ser um local privilegiado para o confronto de idéias e a indicação de caminhos e alternativas.

Anexos, foram incluídos os documentos finais da Conferência de Havana devido à pouca divulgação que tiveram no Brasil.

# OS FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO PARA O SÉCULO XXI<sup>1</sup>

A história da UNESCO, uma instituição com mais de meio século de existência, tem se caracterizado fundamentalmente por uma incessante luta pela democratização dos conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade. O seu campo de abrangência compreendendo as áreas da Educação, Ciência e Tecnologia, Cultura e Comunicação indica que, por intermédio da generalização do conhecimento, a humanidade poderá atingir padrões aceitáveis de convivência humana e de solidariedade. Essa concepção e essa perspectiva estão na origem dos atos constitutivos da Organização, em 1946, logo após a Segunda Grande Guerra Mundial.

Tal missão não poderia ser cumprida sem que se colocasse como pressuposto orientador da política dos Estados-Membros, que integram a Organização, o combate a ignorância e a universalização do acesso de todos ao conhecimento disponível. Desse modo, quando a UNESCO persegue hoje uma cultura de paz, percebe-se logo que a âncora dessa busca é a educação, pois a conquista da paz pressupõe, entre outros, o direito à educação. É por intermédio da educação que reside a esperança de formação de mentes verdadeiramente democráticas. Sob esse aspecto, a Declaração Universal dos Direitos Humanos assinada em 1948, em seu Artigo 26 estabelece que toda pessoa tem direito a educação. A educação deve ter como objetivos o pleno desenvolvimento da personalidade humana e o fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. Ela deve promover a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e os grupos religiosos e raciais.

Todavia, o desenvolvimento de uma cultura de paz por meio de amplo acesso ao conhecimento, só poderá ser atingido mediante um processo

---

1. Conferência proferida no Encontro Educador 2000. São Paulo, mai. 2000.

educacional que valorize o indivíduo em sua totalidade. A valorização do indivíduo, por sua vez, implica o reconhecimento do outro, que não pode ser concebido a priori como objeto, o que seria uma forma de colonialismo. Em adição, acrescenta-se que, “como a solidariedade é uma forma de conhecimento que se obtém por via do reconhecimento do outro, o outro só pode ser reconhecido como produtor de conhecimento”<sup>2</sup>, o que significa um profundo respeito aos saberes, à inteligência e à cultura do povo.

A UNESCO esteve sempre atenta a essa orientação, procurando de forma contínua impregnar suas políticas educativas de um profundo respeito pelo ser humano, um respeito não-colonialista. Essa postura é importante devido à enorme desigualdade entre as nações, aos elevados índices de violência e à persistência de diferentes formas de discriminação. Nesse amplo universo de iniquidades, só para citar um exemplo, sobressai como um dos maiores desafios do próximo milênio, o expressivo contingente mundial de quase 900 milhões de analfabetos e de 100 milhões de crianças sem escola. E isso para não dizer do analfabetismo funcional e da grande insuficiência de escolaridade que atinge a maior parte da população mundial.

Face a esse quadro, a idéia de democratização de conhecimentos defendida pela UNESCO está vinculada à emancipação das pessoas e ao autodesenvolvimento sustentável dos diferentes povos e culturas em todo o mundo.

## **1. O CARÁTER MUNDIAL DA CRISE EM EDUCAÇÃO**

Assim sendo, paralelamente ao desenvolvimento de suas políticas e programas de ação, a UNESCO se propôs a construir e a desenvolver uma reflexão mais madura sobre as bases nas quais deveria se assentar uma política de educação que levasse em conta os contingências e idiosincrasias do cotidiano das pessoas, os dados das diversas realidades e apontasse alternativas em direção ao exercício pleno da cidadania em diferentes condições e cenários da sociedade.

Nessa linha de preocupações, pode ser citado o estudo feito em 1968 por Philip H. Coombs sobre a crise mundial da educação. Embora tal

---

2. SANTOS, B. de S. *A crítica da razão indolente*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 30.



estudo não seja uma iniciativa direta da UNESCO, o fato de seu autor ter sido Diretor do Instituto Internacional de Planejamento da Educação da UNESCO e de ter utilizado os dados e a assistência do IIPÉ, o coloca como precursor no esforço para se ter uma visão crítica da educação em escala mundial. Coombs reconhecia nesse ensaio o caráter mundial da crise em educação e advertia que educar uma nação e manter o seu sistema educacional ajustado a sua época parece muitas vezes mais difícil do que enviar um homem à lua.<sup>3</sup>

Em seguida, a UNESCO percebendo a dimensão internacional da crise da educação, daria início a um esforço sistemático para obter não apenas uma visão panorâmica da crise, como também para encontrar alternativas com vistas à redução do déficit educacional, sobretudo nos países pobres ou em desenvolvimento.

## 2. O RELATÓRIO FAURE

Nessa direção, uma das primeiras iniciativas da UNESCO foi a elaboração do Relatório coordenado por Edgar Faure, em 1972, considerado um marco importante na história do pensamento educacional da Organização. Como bem salientou Faure na carta de apresentação do relatório ao Diretor-Geral da UNESCO, quatro postulados orientaram sua elaboração.<sup>4</sup>

1. A existência de uma comunidade internacional que, sob a diversidade de nações e de culturas, das opções políticas e dos níveis de desenvolvimento deve buscar solidariedade e a unidade de aspirações;
2. A crença numa democracia concebida como o direito de cada ser humano se realizar plenamente e de participar na edificação de seu próprio futuro;
3. O desenvolvimento que deve ter por objetivo a expansão integral das pessoas em toda a riqueza e a complexidade de suas expressões e compromissos;

---

3. COOMBS, P. H. *A crise mundial da educação*. São Paulo: Perspectiva, 1976. p. 25.

4. FAURE, E. *Aprender a ser*. Lisboa: Bertrand, Difusão Européia do Livro, 1974. p. 10.

4. Uma educação formadora das pessoas, cujo advento se torna mais necessário à medida que coações sempre mais duras separam e fragmentam cada ser. Trata-se então de não mais adquirir, de maneira exata, conhecimentos definitivos, mas de preparar para elaborar ao longo de toda a vida, um saber em constante evolução e de aprender a ser.<sup>5</sup>

A Comissão Internacional para o Desenvolvimento da Educação presidida por Faure foi constituída em 1971<sup>6</sup> e concluiu seus trabalhos em março de 1972. O Relatório Final foi resultado de amplos estudos conduzidos, incluindo o envio para todas as regiões do mundo de missões especiais para proceder à troca de idéias, visitas e reuniões com inúmeras instituições educacionais, estudos de documentos pertinentes e entrevistas com diversos especialistas de credibilidade internacional. Ao mencionar a metodologia de trabalho da comissão, temos em vista chamar a atenção para o rigor com que a UNESCO empreende tarefa de tal magnitude.

Em que pese o fato de estar o Relatório E. Faure próximo de seu 30º aniversário, não se pode deixar de reconhecer que muitas de suas afirmações foram antecipadoras e permanecem de grande atualidade. O Relatório chamou a atenção, por exemplo, para a importância das tecnologias educativas que poderiam provocar verdadeira revolução intelectual, facilitando a função libertadora da escola. Além disso, sublinha-se, uma das grandes contribuições desse Relatório refere-se à educação permanente e às cidades educativas. Diz o Relatório:

*A partir de agora, a educação não se define mais em relação a um conteúdo determinado que se trata de assimilar, mas concebe-se, na verdade, como um processo de ser que, através da diversidade de suas experiências, aprende a exprimir-se, a comunicar, a interrogar o mundo e a tornar-se sempre mais ele próprio. A idéia de que o homem é um ser inacabado e não pode realizar-se senão ao preço de uma aprendizagem constante, tem sólidos fundamentos não só na economia e na sociologia, mas também na evidência trazida pela investigação psicológica. Sendo assim, a educação tem lugar em todas as idades da vida e na multiplicidade das situações e das circunstâncias da existência. Retoma a verdadeira natureza que é ser global e permanente, e*

---

5. Idem, p. 225.

6. Participaram da Comissão, além de Faure, Felipe Herrero (Chile), Abdulzak Kaddoura (Síria), Henri Lopez (Congo), Arthur Petrovski (URSS), Majid Rqhnema (Iran) e F. Champion Wård (Estados Unidos da América).

*ultrapasse os limites das instituições, dos programas e dos métodos que lhe impuseram ao longo dos séculos.*<sup>7</sup>

O postulado de educação para todos ao longo da vida (*lifelong education*) defendido pelo Relatório daria origem a sucessivos estudos e, aos poucos, ele foi sendo adotado pelos países, como também se faria presente nos principais documentos de orientação da UNESCO (Relatório Jacques Delors, Declaração de Hamburgo e Declaração Mundial sobre a Educação Superior para o Século XXI, entre outros).

O pressuposto tanto biológico quanto filosófico de que o homem é um ser inacabado, obriga-o a “aprender constantemente para sobreviver e evoluir”.<sup>8</sup> As implicações desse postulado para a educação são, pode-se afirmar, incomensuráveis, já que a instituição escolar não será mais o único local de aprendizagem, mas toda a sociedade. Disso deriva o outro eixo inovador importante do Relatório Faure, que é a idéia de cidades educativas. Como bem argumentou Edouard Lizop:

*Em vez de se delegar os poderes a uma estrutura única verticalmente hierarquizada e constituindo um corpo distinto no interior da sociedade, são todos os grupos, associações, sindicatos, coletividades locais, corpos intermediários, que devem encarregar-se, pela sua parte, de uma responsabilidade educativa*<sup>9</sup>.

Por outro lado, sublinha Henri Janne:

*A educação, nesta perspectiva, constituirá amanhã um conjunto coordenado, cujos sectores serão estruturalmente integrados; será universalizada e contínua; do ponto de vista de pessoas, total e criativa: por conseqüência, individualizada e autogerida. Será o suporte e o animador da cultura, tanto como o motor do promoção profissional. É esta a revolução cultural do nosso tempo.*<sup>10</sup>

Observe-se que o Relatório Faure procurou focar questões numa perspectiva de futuro de forma a poder se antecipar aos fatos e, desse modo, prestar uma cooperação intelectual de qualidade a todos os Estados-

7. FAURE, E. Op. cit. p. 225.

8. Idem, p. 243.

9. LIZOP, E. Apud FAURE, E. Op. cit. p. 247-248.

10. JANNE, H. Idem, Apud FAURE, E. Op. cit. p. 249.

membros. Sem a UNESCO, dificilmente os países mais pobres teriam acesso a um conjunto de conhecimentos e reflexões considerados importantes para o avanço das políticas educativas.

Os eixos norteadores do Relatório Faure – educação permanente e cidade educativa – à medida que foram lançados e discutidos mundialmente, contribuíram para inúmeras aberturas do sistema educacional dos países, ajudando-os a romper visões estreitas e conservadoras em matéria de política educacional.

Com base nos eixos norteadores anteriormente citados, o Relatório Faure estabeleceu alguns princípios de política educacional que, pela atualidade que possuem, torna-se oportuno destacá-los:

- Todo indivíduo deve ter a possibilidade de aprender por toda a vida;
- Prolongar a educação por todas as idades mediante a ampliação e diversificação da oferta, aproveitando todos os tipos de instituições existentes, educacionais ou não;
- Permitir a cada um escolher seu caminho mais livremente optando por métodos convencionais ou pelas diversas formas da autodidaxia;
- O sistema educativo deverá ser global e aberto para facilitar a mobilidade vertical e horizontal dos alunos;
- A educação pré-escolar é essencial à política educativa e cultural;
- O conceito de ensino geral deverá ser alargado de maneira a englobar efetivamente o domínio dos conhecimentos socioeconômicos, técnicos e práticos de ordem geral;
- No que diz respeito à preparação para o trabalho, a educação deve formar não apenas para um ofício, como também preparar os jovens para se adaptarem a trabalhos diferentes à medida que evoluem as formas de produção. Em outras palavras, a educação deverá facilitar a reconversão profissional;
- A responsabilidade pela formação técnica deverá ser partilhada pelas escolas, empresas e educação extra-escolar; promover a diversificação das estruturas e dos conteúdos do ensino superior;
- A alfabetização deverá ser apenas uma etapa da educação de adultos;

- A nova ética da educação valoriza a autodidaxia, especialmente a assistida, de forma a fazer do indivíduo senhor e autor de sua educação;
- Efeito acelerador das novas tecnologias educativas constitui a primeira condição para a realização da maior parte das inovações;
- Tomar medidas nos planos legislativo, profissional, sindical e social a fim de reduzir ou abolir as distinções hierárquicas entre as várias categorias de professores (professores do primário, secundário, universitário etc.)
- Cabe ao ensino adaptar-se aos alunos e não o aluno sujeitar-se às regras pré-estabelecidas;
- Os alunos, jovens e adultos, devem poder exercer responsabilidades como sujeitos não só da sua própria educação, mas de toda atividade educativa, no seu conjunto.

Permeando todos esses princípios destacava-se o princípio diretor que daria nome ao próprio Relatório – Aprender a Ser. Como diz o Relatório, “o fim da educação é permitir ao homem ser ele próprio vir a ser”.<sup>11</sup> Certamente, o contexto da época em que foi produzido o Relatório (início da década de 70) influenciou algumas de suas posições. No plano cultural e filosófico eram intensas as discussões em torno de algumas orientações antipositivistas como o existencialismo, marxismo, personalismo, entre outras e, no plano político-social destaca-se, a rebelião dos estudantes, em Paris, em 1968, bem como em outras partes do mundo... Edgar Faure tinha plena consciência disso. No preâmbulo do Relatório ele escreveu que:

*“uma parte da juventude insurge-se, de maneira mais ou menos aberta, contra os modelos pedagógicos e os tipos institucionais que lhe impõem, sem que seja sempre fácil delimitar o número exato dos que atribuem a este preciso tema os seus males difusos e as suas explosões de revolta”.*<sup>12</sup>

Era preciso então mudar e, indiscutivelmente, o Relatório Faure, por sua visão prospectiva, coloca-se historicamente como um importante ponto de mudança, pois ele foi sensível às “vastas zonas de sombras que marcam no planeta uma geografia da ignorância”.<sup>13</sup>

---

11. FAURE, E. Op. cit. p. 211-326.

12. Idem, p. 31.

13. Ibid., p. 18.

### 3. GLOBALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO – O RELATÓRIO DELORS

Do Relatório Faure ao Relatório Delors muita coisa mudou no panorama da educação mundial. Foi enorme o progresso obtido na expansão de matrículas, e os novos métodos pedagógicos se generalizaram nos diversos graus do ensino de muitos países. Todavia, apesar desse progresso, a “geografia da ignorância” a que se referia Edgar Faure no preâmbulo de seu Relatório, continuava a vitimar boa parte da população mundial. A diferença entre os países ricos e os países pobres seguia o curso da ampliação. Além disso, um acontecimento até certo ponto imprevisível, haveria de dar novo rumo à política e à economia em escala mundial. Referimo-nos à derrocada dos países socialistas e à queda do muro de Berlim, em 1989, que Dahrendorf chamou de o *annus mirabilis*<sup>14</sup>, a partir do qual a globalização econômica tomaria um impulso sem precedentes, promovendo e provocando mudanças estruturais substantivas em toda a paisagem da sociedade mundial.

Diante do novo cenário que se desenhava, a UNESCO, seguindo sua tradição prospectiva e percebendo as implicações educacionais das mudanças sem precedentes que se operavam, cria, no início de 1993, a Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, com o objetivo de dar um balanço das tendências educacionais face à rápida marcha do processo de globalização. A presidência da comissão foi confiada a Jacques Delors, que anteriormente havia exercido as funções de Ministro da Economia e das Finanças da França e Presidente da Comissão Européia.

A Comissão Delors<sup>15</sup>, seguindo e aperfeiçoando o modelo de atuação da Comissão Faure, trabalhou intensamente de março de 1993 a janeiro de 1996. Inúmeros estudos e especialistas subsidiaram-na, além das reuniões que promoveu em várias partes do mundo (Dacar, Paris, Vancouver, Santiago, Túnis e Nova Déli).

Partindo da constatação de que um sentimento de desequilíbrio se apoderou de nossos contemporâneos que se sentem divididos entre a mundialização que observam e a busca de suas raízes e referências<sup>16</sup>, o Relatório Final da comissão procede a uma ampla reflexão sobre o novo

---

14. DAHRENDORF, R. *Reflexões sobre a revolução na Europa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991. p. 11.

15. Participaram da Comissão presidida por Jacques Delors: In'am Al Mufti, Isso Amagi, Roberto Carneiro, Fay Chung, Bronislaw Geremek, William Gorham, Aleksandra Kornhauser, Michael Manley, Marisela Padrón Quero, Marie-Angélique Savané, Koran Singh, Rodolfo Stavenhagen, Myong Won Suhr e Zhou Nanzhao.

16. DELORS, J. *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez, UNESCO, MEC, 1998. p.16.

cenário da mundialização das atividades humanas, suas implicações para a política educacional e estabelece alguns pilares para a educação no século XXI.

Começa por admitir que a educação deve encarar de frente o problema do globalização, pois na perspectiva de uma sociedade em escala mundial, ela surge, mais do que nunca, no centro de desenvolvimento tanto das pessoas como das comunidades. Cabe-lhe a missão de fazer com que todos, sem exceção, façam frutificar os seus talentos e potencialidades criativos, o que implica, por parte de cada um, a capacidade de se responsabilizar pela realização de seu projeto pessoal.<sup>17</sup>

A educação para o desenvolvimento de talentos e de potencialidades, tornou-se uma necessidade devido à própria mundialização das atividades humanas. Como diz o Relatório Delors, com propriedade e clareza:

*Hoje em dia, grande parte do destino de cada um de nós, quer queiramos ou não, joga-se num cenário em escala mundial. Imposta pela abertura das fronteiras econômicas e financeiras, impelida por teorias de livre comércio, reforçada pelo desmembramento do bloco soviético, instrumentalizada pelas novas tecnologias de informação, a interdependência planetária não cessa de aumentar, no plano econômico, científico, cultural e político.*<sup>18</sup>

No entanto, esse salto brusco de uma dimensão provincial para uma dimensão planetária, mesmo considerando as promessas que encerra o modelo globalizado difícil de decifrar e, ainda mais, difícil de prever, cria um clima de incerteza e apreensão, que torna ainda mais hesitante a busca de uma solução dos problemas em escala mundial.<sup>19</sup>

Sobre as hesitações deste final de século, o historiador inglês do século XX, Eric Hobsbawn escreveu com extrema pertinência que não sabemos para onde estamos indo. Só sabemos que a história nos trouxe até este ponto. E adverte: se a humanidade quer ter um outro futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente. Se tentarmos construir o terceiro milênio nesta base, vamos fracassar. E o preço do fracasso, adverte, ou seja, a alternativa para uma mudança da sociedade, é a escuridão.<sup>20</sup>

17. Idem, p.16.

18. Ibid., p. 35.

19. Idem, ibidem.

20. HOBBSBAWN, E. *A era dos extremos*. São Paulo: Cia das Letras, 1995. p. 562.

A advertência de Hobsbawm vem ao encontro da idéia de uma nova educação para o século XXI, tarefa que a UNESCO se propôs a um exercício permanente de reflexão. A pergunta a ser feita é a seguinte: quais os pressupostos orientadores de uma nova educação capaz de acelerar e qualificar o processo de universalização da cidadania, que constitui uma condição indispensável para o enfrentamento da crise da globalização? Em outras palavras: que educação poderá ajudar a construção de um novo paradigma da pós-modernidade, pois tudo indica que o próprio paradigma no qual se assentaram os progressos excludentes da modernidade ocidental também está em crise?

Como argumenta com propriedade Boaventura Santos, há um desassossego no ar. Temos a sensação de estar na orla do tempo, entre um presente quase a terminar e um futuro que ainda não nasceu. A eventualidade de catástrofes pessoais e coletivas parece cada vez mais provável<sup>21</sup>. Esse desconforto e até certo ponto indignação, decorre das promessas da modernidade não cumpridas em relação à igualdade, à liberdade e no que diz respeito à promessa de paz.<sup>22</sup> De fato, a situação dos países pobres ou em desenvolvimento, é cada vez mais difícil, sobretudo devido ao peso da dívida externa, à violação dos direitos humanos (diversas formas de discriminação, trabalho infantil, violência sexual contra as mulheres, prostituição infantil, meninos de rua, limpeza étnica etc.) e, no que diz respeito às promessas de paz, o fracasso é notório, pois, enquanto no século XVIII morreram 44 milhões de pessoas em 68 guerras, no século XX morreram 99 milhões em 237 guerras.<sup>23</sup> Desse modo, quando a UNESCO luta por uma cultura de paz, ela se baseia em dados concretos e assustadores.

Apesar da consciência que a UNESCO tem de que a educação não pode ser vista como estratégia salvadora, a educação pode no entanto dar sua contribuição para compreender a complexidade dos fenômenos mundiais que estão em curso e dominar a incerteza que existe em todos nós. Ela pode facilitar uma compreensão verdadeira dos acontecimentos, para lá da visão simplificada ou deformada transmitida, muitas vezes, pelos meios de comunicação social, e o ideal seria que ajudasse cada um a tornar-se cidadão deste mundo turbulento e em mudança que nasce cada dia perante nossos olhos.<sup>24</sup>

---

21. SANTOS, B. de S. Op. cit. p. 41.

22. Idem, p. 24.

23. Ibidem.

24. DELORS, J. Op. cit. p. 47



A compreensão do mundo passa necessariamente pela compreensão do outro e das relações que ligam o ser humano ao seu meio ambiente. O ensino dos laços que unem as pessoas tornou-se peça fundamental para a construção de uma nova solidariedade. É imprescindível para tanto, as pessoas não se fecharem sobre si mesmas e se prepararem para o diálogo das diversidades.<sup>25</sup>

O diálogo com a diversidade eleva-se à condição de peça-chave para a construção de uma democracia da diversidade. Essa democracia da diversidade supõe um profundo respeito às raízes de cada comunidade cultural. A importância está no fato de existirem no mundo mais de 10.000 diferentes sociedades<sup>26</sup>, cujos membros precisam ser respeitados e reconhecidos em seus modos de pensar e produzir cultura.

Nessa perspectiva, a educação pode colocar-se como fator de coesão, procurando ter em conta a diversidade dos indivíduos e dos grupos humanos, evitando por conseguinte, continuar a ser um fator de exclusão social. Afinal, para além da multiplicidade dos talentos individuais, a educação confronta-se com a riqueza das expressões culturais dos vários grupos que compõem a sociedade<sup>27</sup>.

Para desempenhar esse papel é imprescindível que a educação não seja posta a reboque do desenvolvimento econômico. Ao contrário, “a educação deve, no futuro, ser encarada no quadro de uma nova problemática em que não pareça apenas como um meio de desenvolvimento, entre outros, mas como um dos elementos constitutivos e uma das finalidades essenciais desse desenvolvimento”.<sup>28</sup> Dito de outra forma:

*Um dos principais papéis reservados à educação consiste, antes de mais nada, em dotar a humanidade da capacidade de dominar o seu próprio desenvolvimento. Ela deve, de fato, fazer com que cada um tome o seu destino nas mãos e contribua para o progresso da sociedade em que vive, baseando o desenvolvimento na participação responsável dos indivíduos e as comunidades<sup>29</sup>.*

---

25. Idem.

26. CUELLAR, J.P. *Nossa diversidade criadora*. Campinas: Papyrus; Brasília, UNESCO, 1997. p. 23.

27. DELORS, J. Op.cit. p. 55.

28. Idem, p. 82.

29. Idem, ibidem.

Assim, considerando o próprio inacabamento do ser humano, o principal objetivo da educação é o constante desenvolvimento humano: cabe-lhe a missão permanente de contribuir para o aperfeiçoamento das pessoas numa dimensão ética e solidária.

### 3.1 OS PILARES DA EDUCAÇÃO

Para dar resposta à esperança que todos temos de uma nova educação para o próximo milênio, a comissão presidida por J. Delors chegou à conclusão de que a educação deve ser organizada com base em quatro princípios-pilares do conhecimento que são: Aprender a Conhecer, Aprender a Viver Juntos, Aprender a Fazer e Aprender a Ser... Esses caminhos do conhecimento propostos pelo Relatório Delors, a rigor, possuem um imbricamento lógico, de forma que não é possível pensá-los isoladamente. Na prática eles interagem e são interdependentes e se fundamentam numa concepção de totalidade dialética do sujeito.

Os pilares do conhecimento foram caracterizados pelo Relatório Delors do seguinte forma<sup>30</sup>:

*Aprender a Conhecer* – este tipo de aprendizagem objetiva sobretudo o domínio dos instrumentos do conhecimento. Como o conhecimento é múltiplo e evolui em ritmo incessante, torna-se cada vez mais inútil tentar conhecer tudo. Além disso, os tempos presentes demandam uma cultura geral, cuja aquisição poderá ser facilitada pela apropriação de uma metodologia do aprender. Como disse Laurent Schwartz, um espírito verdadeiramente formado, hoje em dia, tem necessidade de uma cultura geral vasta e de possibilidade de trabalhar em profundidade determinado número de assuntos. Deve-se do princípio ao fim do ensino, cultivar simultaneamente essas duas tendências.<sup>31</sup> Daí a importância dos primeiros anos da educação que, se bem sucedidos, podem transmitir às pessoas a força e as bases que façam com que continuem a aprender ao longo de toda a vida.

*Aprender a Fazer* – Aprender a Conhecer e Aprender a Fazer são, em larga medida, indissociáveis. O aprender a fazer está mais ligado à educação

---

30. Idem, p. 90.

31. SCHWATZ, L. *L'enseignement scientifique*. Paris: Flammarion, 1993. Apud DELORS, J., Op. cit p. 91.

profissional. Todavia, devido às transformações que se operam no mundo do trabalho, o aprender a fazer não pode continuar a ter o mesmo significado de preparar uma determinada pessoa para uma tarefa específica. O avanço tecnológico está modificando as qualificações. As tarefas puramente físicas estão sendo gradualmente substituídas por tarefas de produção mais intelectuais, mais mentais, como o comando de máquinas, por exemplo. À medida que as máquinas se tornam mais “inteligentes” o trabalho se “desmaterializa”. Além da competência técnica e profissional, a disposição para o trabalho em equipe, o gosto pelo risco e a capacidade de tomar iniciativas constituem fatores importantes no mundo do trabalho. Acrescente-se que a criação do futuro exige uma polivalência, para o quê, o desenvolvimento da capacidade de aprender é vital.

*Aprender a Viver Juntos* – trata-se de um dos maiores desafios da educação para o século XXI. Como diz o Relatório Delors, a história humana sempre foi conflituosa. Há, no entanto, elementos novos que acentuam o perigo e deixa à vista o extraordinário potencial de autodestruição criado pela humanidade no decorrer do século XX. Será possível conceber uma educação capaz de evitar os conflitos, ou de os resolver de maneira pacífica, desenvolvendo o conhecimento dos outros, das suas culturas, da sua espiritualidade? Observe-se o quadro atual da violência na escola. Como combatê-lo? A tarefa é árdua, diz o Relatório, porque os seres humanos têm tendência para sobrevalorizar as suas qualidades e as do grupo a que pertencem e a alimentar preconceitos desfavoráveis em relação aos outros. Da mesma forma, o clima de elevada competição que se apoderou dos países agrava a tensão entre os mais favorecidos e os pobres. A própria educação para a competitividade tem contribuído para aumentar esse clima de tensão, devido à má interpretação da idéia de emulação. Para reduzir o risco, a educação deve utilizar duas vias complementares – a descoberta progressiva do outro e o seu reconhecimento e a participação em projetos comuns (educação para a solidariedade).

*Aprender a Ser* – o Relatório Delors não apenas reafirma uma das principais linhas e princípios do Relatório Faure, como amplia a importância desse postulado. Todo ser humano deve ser preparado para a autonomia intelectual e para uma visão crítica da vida, de modo a poder formular seus próprios juízos de valor, desenvolver a capacidade de discernimento e como agir em diferentes circunstâncias da vida. A educação precisa fornecer a todos, forças e referências intelectuais que lhes permitam conhecer o

mundo que os rodeia e agirem como atores responsáveis e justos. Para tanto, é imprescindível uma concepção de desenvolvimento humano que tenha por objetivo a realização plena das pessoas, do nascimento até a morte, definindo-se como um processo dialético que começa pelo conhecimento de si mesmo para se abrir, em seguida, a relação com o outro. Nesse sentido, a educação é antes de mais nada, uma viagem interior, cujas etapas correspondem às da maturação contínua da personalidade. É urgente que essa concepção de educação seja trabalhada por todos, pela escola, pela família e pela sociedade civil que juntos se disponham a explorar e descobrir as ricas potencialidades que se escondem em todas as pessoas.

O físico teórico Basarab Nicolescu do Centro Nacional de Pesquisa Científica da França, comentando os pilares do conhecimento do Relatório Delors, escreveu que:

*Apesar da enorme diversidade dos sistemas educacionais de um país para outro, a mundialização dos desafios de nossa época leva à mundialização dos problemas da educação. Os diversos abalos que atravessam a área da educação num ou noutro país são apenas os sintomas de uma única e mesma fissura: o da desarmonia que existe entre os valores e as realidades de uma vida planetária em mutação. Embora não exista receita milagrosa, há um centro comum de questionamento que convém não ocultar se quisermos realmente viver em um mundo mais harmonioso.*<sup>32</sup>

Nicolescu acredita que a abordagem transdisciplinar pode dar uma contribuição importante para o advento de um novo tipo de educação. Na visão transdisciplinar, observa Nicolescu, há uma transrelação que liga os quatro pilares do novo sistema de educação e que tem sua origem em nossa própria constituição como seres humanos. Uma educação que se dirige à totalidade aberta do ser humano e não apenas a um de seus componentes.

A partilha universal do conhecimento, continua Nicolescu, não pode ocorrer sem o surgimento de uma nova tolerância, fundamentada numa atitude transdisciplinar, que implica colocar em prática a visão transcultural, transreligiosa e transnacional. Decorre daí a relação direta e inquestionável entre paz e transdisciplinaridade.<sup>33</sup> Isso significa que os

---

32. NICOLESCO, B. A prática da transdisciplinaridade. In: *Educação e transdisciplinaridade. Pluridade*. Brasília: UNESCO, 2000. p. 54.

33. Idem.

pilares do conhecimento propostos pelo Relatório Delors precisam ser trabalhados numa perspectiva transdisciplinar, o que por si só implica transformações substantivas da prática pedagógica.

#### 4. OS SETE SABERES DE EDGAR MORIN

Indiscutivelmente a parte do Relatório Delors que mais atenção tem chamado é a que se dedica às aprendizagens fundamentais denominadas de Pilares da Educação. A partir de sua divulgação, inúmeros debates e discussões públicas em todo o mundo têm sido feitos, encontrando de modo geral consenso e, por que não dizer, um grande entusiasmo.

Pode-se mesmo afirmar que há hoje uma discussão mundial em torno dos novos alicerces sobre os quais deverá ser construída a nova educação para o próximo milênio.

A própria UNESCO tem procurado, por seu turno, incentivar estudos e reflexões nessa direção, pela consciência mesma que ela tem da magnitude e da importância da educação no período de transição paradigmática que parece estarmos vivendo. Assim sendo, em 1999, por solicitação da UNESCO, Edgar Morin se propôs a expressar suas idéias sobre problemas fundamentais para a educação no próximo milênio. O resultado foi a produção de um admirável texto que foi publicado no Brasil pela UNESCO com o título de *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*.

Para Morin existem sete saberes fundamentais que a educação do futuro deveria tentar em toda a sociedade e em toda cultura, sem exclusividade e rejeição, segundo modelos e regras próprias a cada sociedade e a cada cultura.<sup>34</sup>

Os sete saberes necessários:

1. As Cegueiras do Conhecimento: o erro e a ilusão – é impressionante que a educação que visa transmitir conhecimentos seja cega quanto ao que é o conhecimento humano, seus dispositivos, enfermidades, dificuldades, tendências ao erro e à ilusão e não se preocupar em fazer conhecer o que é conhecer. O conhecimento do conhecimento é fundamental para

---

34. MORIN, E. *Os sete saberes necessários a educação do futuro*. São Paulo: Cortez, UNESCO, 2000.

enfrentar a tendência ao erro e à ilusão. O conhecimento não pode ser considerado uma ferramenta *ready made*. É preciso conhecer as disposições tanto psíquicas quanto culturais que conduzem ao erro e à ilusão.

2. Princípios do Conhecimento Pertinente – a atual supremacia do conhecimento fragmentado impede operar o vínculo entre as partes e a totalidade. O conhecimento precisa apreender os problemas globais e fundamentais para neles inserir os conhecimentos parciais e locais. Assim, é necessário ensinar os métodos que permitam estabelecer as relações mútuas e as influências recíprocas entre as partes e o todo em um mundo complexo.
3. Ensinar a Condição Humana – o ser humano é a um só tempo físico, biológico, psíquico, cultural, social e histórico. Essa unidade complexa é tratada pela educação de forma desintegrada por intermédio das disciplinas. A educação deve fazer com que cada um tome conhecimento de sua identidade comum a todos os outros humanos. Assim, a condição humana deveria ser o objeto essencial de todo o ensino. É preciso reunir os conhecimentos dispersos nas ciências da natureza, nas ciências humanas, na literatura e na filosofia para se obter uma visão integrada da condição humana.
4. Ensinar a Identidade Terreno – o destino planetário do gênero humano é outra realidade-chave ignorada pela educação. É preciso ensinar a história da era planetária, que se inicia com o estabelecimento da comunicação entre todos os continentes no século XVI, e mostrar como todas as partes do mundo se tornaram solidárias, sem, contudo, ocultar as opressões e a dominação que devastaram a humanidade e que ainda não desapareceram. Será preciso indicar o complexo de crise planetária que marca o século XX mostrando que todos os seres humanos partilham de um destino comum.
5. Enfrentar as Incertezas – a educação deveria incluir o ensino das incertezas que surgiram nas ciências físicas, nas ciências da evolução biológica e nas ciências históricas. Seria necessário ensinar princípios de estratégia que permitissem enfrentar os imprevistos, o inesperado e a incerteza. O abandono das concepções deterministas da história humana que acreditavam poder predizer nosso futuro e o estudo dos grandes acontecimentos e desastres do nosso século devem incitar os educadores e preparar as mentes para esperar o inesperado, para enfrentá-lo.

6. Ensinar a Compreensão – a educação para a compreensão está ausente do ensino. O planeta necessita em todos os sentidos da compreensão recíproca. O ensino e a aprendizagem da compreensão pedem a reforma das mentalidades. Esta deve ser a obra para a educação do futuro. Daí deriva a necessidade de estudar a incompreensão a partir de suas raízes, suas modalidades e seus efeitos, como por exemplo, as causas do racismo, da xenofobia, do desprezo. O ensino da compreensão será a base para o desenvolvimento de uma cultura de paz.
7. A Ética do Gênero Humano – a educação deve conduzir a “antropo-ética”, levando em conta o caráter ternário da condição humana, que é ser ao mesmo tempo indivíduo/sociedade/espécie. A ética indivíduo/espécie necessita do controle mútuo da sociedade pelo indivíduo e do indivíduo pela sociedade, ou seja, a democracia. Esse tipo de visão educativa conduz à cidadania terrestre. Todavia, a ética não pode ser ensinada por intermédio de lições morais. Seu ensino deve abarcar o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e da consciência de pertencer à espécie humana. A educação deve permitir e ajudar o desenvolvimento da consciência de nossa Terra-Pátria devido ao próprio destino comum de todos nós.

Para encerrar, estamos seguros de que os pilares do conhecimento propostos pelo Relatório Jacques Delors, que incorporam alguns dos princípios fundamentais do Relatório E. Faure, somados aos saberes pensados por Edgar Morin, fornecem bases sólidas para a construção de uma nova educação para o próximo século, sem a qual dificilmente conseguiremos atingir os nossos ideais de paz e solidariedade humana.

## **A UNESCO E AS NOVAS PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR <sup>35</sup>**

A missão de construir uma cultura de paz fez da UNESCO, desde sua origem há mais de meio século, uma instituição ímpar no seio das Nações Unidas. Para cumprir esse mandato, a UNESCO sempre teve nas universidades e instituições de educação superior um forte ponto de apoio, de cooperação e de solidariedade. Em parte, isso se explica pela afinidade de conteúdos, pois tanto a UNESCO quanto as universidades cultivam o campo da educação, da ciência e da cultura. Em parte, isso se deve também às afinidades de intenção e de propósitos em decorrência de uma luta comum contra a pobreza e em prol da redução das desigualdades sociais.

Devido a isso, ao longo de sua história, a UNESCO sempre teve uma constante preocupação com o desenvolvimento do ensino superior, da cultura e da pesquisa científica e tecnológica. Quando se fala hoje em civilização ou sociedade do conhecimento, a UNESCO tem plena consciência de que há muitos anos direciona seus esforços nessa direção, mas com uma única diferença. A plataforma de ideais e metas da Organização inclui educação e conhecimento para todos e não somente para uma parcela privilegiada da população. O princípio da democratização do conhecimento e de seu uso ético foi assumido desde a sua fundação.

Na concretização desses ideais e dessas metas aprovadas pelo concerto das nações que integram a UNESCO, a instituição universitária e a comunidade acadêmica sempre se fizeram presentes, tanto no plano da produção de conhecimentos e dos debates sobre temas relevantes para a humanidade, quanto na divulgação e popularização dos saberes.

---

35. IV SEMINÁRIO DE ENSINO SUPERIOR JURÍDICO NO LIMAR DO SÉCULO XXI, Vitória, 3 mai. 2000. *Conferência*. Vitória: OAB, 2000.



A identidade entre a UNESCO e as instituições de ensino superior e de pesquisa foi se consolidando na experiência de diversas parcerias e no enfrentamento de problemas sociais e culturais em várias partes do mundo. Enquanto as universidades procuravam gerar conhecimentos sobre temas relevantes para o desenvolvimento humano, a UNESCO procurava se especializar na política de intercâmbio e cooperação técnica para colocar esses conhecimentos a serviço dos países mais necessitados e que deles tinham urgência para a implementação de programas e políticas de superação da pobreza. Foi o que aconteceu, por exemplo, logo após a Segunda Grande Guerra, oportunidade em que as universidades “tiveram papel preponderante de reunir esforços de cooperação”.<sup>36</sup> De certo modo, portanto, as universidades podem ser consideradas a *alma mater* da UNESCO.<sup>37</sup>

Todavia, a atenção dispensada pela UNESCO ao ensino e à pesquisa universitária nunca foi desvinculada da questão mais ampla da política educacional. Essa consciência nunca deixou de ocupar um lugar de destaque na concepção do planejamento e das ações da UNESCO. Não seria admissível pensar o ensino superior de forma isolada, como também não se poderia pensar a política educacional à margem das demais políticas de desenvolvimento.

A profunda consciência de que sem combater o analfabetismo e assegurar educação básica de qualidade para todos, projetou-se como um dos eixos norteadores dos programas de ação da UNESCO, pois se assim não fosse, a própria política do ensino superior estaria *ipso facto* prejudicada. Sob esse aspecto, a década de noventa apresenta um saldo positivo na medida em que a UNESCO conseguiu por intermédio de um diálogo permanente com os governos, alguns avanços significativos no que se refere à meta de colocar todas as crianças nas escolas e de reduzir as taxas de analfabetismo. Esses avanços não ocorreram de forma simétrica em todos os países. No entanto, a maioria deles promoveram, estão promovendo ou planejam promover mudanças importantes em direção à plenitude do direito à educação. A educação como direito subjetivo está em plena ascensão em todo o mundo.

---

36. UNESCO. *Política de mudança e desenvolvimento no ensino superior*. Rio de Janeiro: Garamond, UNESCO, 1999. p 83.

37. Idem.

Um dos marcos recentes e importantes do direito à educação foi a Declaração Mundial de Educação para Todos, resultado do Conferência de Jomtien, Tailândia, realizada em março de 1990. Outros marcos significativos se seguiram a este, com destaque para a Declaração de Hamburgo de 1997, que reafirma o compromisso de eliminar o analfabetismo e assegurar a educação para todos ao longo de toda a vida e a recente Recomendação de Seul, que reconheceu o direito de educação técnica e profissional para todos.

Simultaneamente ao esforço desenvolvido no campo da educação básica, a UNESCO procurou intensificar os estudos na área de ensino superior de forma a preparar este grau do ensino para receber os impactos decorrentes da expansão da educação básica. Assim sendo, por ocasião da 27ª Sessão da Conferência Geral de 1993, os Estados-membros da UNESCO adotaram uma resolução, estimulando os responsáveis a formular uma política aplicável à totalidade do ensino superior. Essa resolução tinha como fundamento as transformações que se operavam no mundo.<sup>38</sup> Como todos nós sabemos, a década de noventa entrará para o história como a década em que a mundialização das atividades humanas adquire um grande impulso e provoca mudanças estruturais em todo o tecido social.

Como consequência da Resolução adotada pela 27ª Conferência Geral, os primeiros estudos foram realizados e, em 1995, a UNESCO publica o documento de orientação intitulado Política de Mudança e Desenvolvimento no Ensino Superior.

### **Política de Mudança e Desenvolvimento no Ensino Superior**

O documento de orientação foi preparado com o objetivo, entre outros, de favorecer o debate nos vários Estados-membros da Organização com vistas à realização da Conferência Mundial. Começou por identificar três grandes tendências principais do ensino superior comuns aos sistemas educacionais:

---

38. XXVII CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O ENSINO SUPERIOR. TENDÊNCIAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA O SÉCULO XXI, Paris, 1998. *Anais*. Brasília: UNESCO, CRUB, 1999. p. 93.

1. a extraordinária expansão quantitativa, via de regra acompanhada por desigualdades continuadas de acesso entre países e regiões;
2. diversificação de estruturas institucionais, programas e formas de estudo;
3. dificuldades financeiras.

À medida que, por um lado, intensificavam-se as pressões sobre a educação superior por força da ampliação de matrículas na educação básica e, por outro, pelas pressões decorrentes do processo de globalização e de reestruturação produtiva, o arcabouço tradicional da universidade sofre os primeiros abalos e se revela impotente para satisfazer as novas demandas, sobretudo em relação à expansão quantitativa e à necessidade de diversificação da oferta face às mudanças que estavam sendo operadas no mercado de trabalho. Além disso, a questão do financiamento se apresenta de forma crescente como um poderoso obstáculo ao processo de adaptação das universidades às novas condições da economia e da sociedade. O conflito entre quantidade e qualidade despontaria como um dos obstáculos de difícil superação.

O problema do financiamento aliado a uma expansão quantitativa sem critérios de qualidade fazia aumentar ainda mais o fosso histórico entre os países desenvolvidos e os considerados em desenvolvimento, questão que passou a aumentar as preocupações da UNESCO em função de sua luta em prol do desenvolvimento humano sustentável onde o crescimento econômico não se desvinculasse do desenvolvimento social.

Desse modo, as universidades e demais instituições de ensino superior estavam diante de um desafio sem precedentes. Era preciso, ao mesmo tempo, promover a democratização do acesso, garantir a qualidade e inserir-se num contexto de globalização das atividades econômicas e sociais. Para o documento de orientação da UNESCO<sup>39</sup>, as respostas a esses desafios deveriam ser guiadas por três palavras-chave, que determinam seu funcionamento e posição:

*Relevância:* sobretudo no que se refere ao papel e lugar do ensino superior na sociedade, suas funções em termos de ensino, pesquisa e

---

39. UNESCO. Op. cit. p.12-13

serviços à comunidade. A relevância se refere também ao mundo do trabalho e inclui o relacionamento com o Estado. A relevância adquire novas dimensões e maior urgência no instante em que as economias modernas solicitam graduados que possam constantemente pôr em dia seus conhecimentos, aprender novas habilidades, e que possuam as qualidades de ser não somente bons profissionais, mas também criadores de empregos em mercados de trabalho mutantes.

O ensino superior precisa então repensar sua missão e redefinir muitos de suas funções. Um dos pré-requisitos importantes para a renovação pretendida reside nas boas relações com o Estado e com a sociedade como um todo. Essas relações devem se apoiar nos princípios de liberdade acadêmica e autonomia institucional, que são essenciais para a preservação de qualquer instituição de ensino superior como comunidade de livre pesquisa, podendo realizar suas funções criativas, reflexivas e críticas na sociedade. Enquanto o Estado poderá e deverá assumir papéis catalíticos e reguladores, a autogerência institucional no ensino superior deve prevalecer.

Uma das condições indispensáveis para assegurar a relevância refere-se ao financiamento. A limitação dos fundos públicos tem sido, como já observado, um dos maiores obstáculos. Como diz o documento da UNESCO, é também uma das fontes da crise atual e das tensas relações entre o Estado e a comunidade acadêmica. Para tanto, as instituições universitárias precisam melhorar sua administração e fazer uso mais eficiente dos recursos humanos e materiais disponíveis. Por outro lado, admite o documento da UNESCO, é preciso buscar fontes alternativas de recursos. É oportuno salientar que todos os envolvidos – estudantes, pais, setor público e privado, comunidades locais e nacionais e autoridades – devem participar da busca de novas alternativas. Todavia, não se pode esperar que as fontes alternativas possam retirar o ensino superior da crise atual, especialmente nos países em desenvolvimento. A introdução de mensalidades escolares, por exemplo, representa um ponto sensível no ensino superior porque toca muitos aspectos de justiça social e mobilidade, equidade educacional e as políticas sociais, fiscais e educacionais do Estado como um todo. Deverá ser dada a possibilidade de se introduzirem outras formas de financiamento no ensino superior.

Apesar da importância de se buscar fontes alternativas ou adicionais, o documento de orientação da UNESCO sublinha que se o ensino superior e as universidades devem dar uma contribuição significativa para o desenvolvimento da sociedade, esta e o Estado, em geral, devem percebê-lo menos como um peso no orçamento público e mais como um investimento nacional a longo prazo para melhorar a competitividade econômica, o desenvolvimento cultural e a coesão social.

*Qualidade:* a adoção de uma política renovadora, sobretudo para desenvolver a capacidade intelectual dos alunos e melhorar o conteúdo multidisciplinar e interdisciplinar dos estudos, é essencial para aumentar a qualidade e a relevância do ensino superior. Por outro lado, a pesquisa constitui pré-condição para a qualidade. Estamos próximos a um estágio do desenvolvimento em que o número de áreas de interesse comum e investigação conjunta entre ciência, tecnologia e cultura está crescendo rapidamente. Sob esse ângulo, a importância da pesquisa e da formação de pesquisadores é de extrema importância no processo de busca de uma nova pedagogia da qualidade. Por outro lado, a avaliação é essencial e deve começar pelo envolvimento ativo dos professores. Com relação à qualidade dos estudantes, condição igualmente imprescindível, torna-se cada vez mais urgente a articulação da universidade com a educação básica. Na política de qualidade, atenção especial deverá ser dada à observância dos princípios de liberdade acadêmica e a autonomia que, por sua vez, não devem ser invocados a servirem de alibi a posturas conservadoras.

*Internacionalização:* a internacionalização do ensino superior reflete a conjuntura de marcha acelerada do processo de globalização. Reflete também a necessidade crescente de entendimento intercultural. A expansão do número de estudantes, pesquisadores e professores que trabalham, vivem e se comunicam num contexto internacional comprova essa tendência. A UNESCO defende que a cooperação internacional deve ensejar uma cooperação e intercâmbio baseado na parceria e na busca coletiva da qualidade e relevância. Por outro lado, essa cooperação precisa apoiar-se no princípio da solidariedade internacional, pois os países em desenvolvimento nem sempre possuem os meios necessários à implementação de projetos estratégicos.

O documento de orientação da UNESCO serviu de base às discussões que se seguiram com vistas à realização da grande Conferência

Mundial. Todas as regiões do mundo foram mobilizadas em torno das conferências regionais preparatórias. Foram realizadas em Havana (novembro de 1996), Dacar (abril de 1997), Tóquio (julho de 1997), Palermo (setembro de 1997) e Beirute (março de 1998). Além disso, várias ONGs internacionais e regionais especializadas no campo do ensino superior organizaram suas conferências com base nos temas ligados à Conferência Mundial. Também foram realizadas duas reuniões regionais de experts, uma em Estrasburgo (julho de 1997) no Conselho da Europa, outra em Toronto (abril de 1998) destinadas aos especialistas norte-americanos (Canadá e Estados Unidos) com a participação do México e de Porto Rico.<sup>40</sup>

### **Em Busca de uma Visão de Conjunto: o Relatório Delors e o Ensino Superior**

Conforme procuramos mostrar anteriormente, a UNESCO sempre buscou uma visão de conjunto na política educacional. Assim sendo, a Conferência Geral da UNESCO, em novembro de 1991, recomendou a convocação de uma comissão internacional encarregada de refletir sobre o educar e aprender para o século XXI. Essa comissão foi oficialmente criada no início de 1993 e fez sua primeira reunião em março daquele mesmo ano. Sob a coordenação de Jacques Delors, a Comissão trabalhou quase três anos, reunindo-se em várias partes do mundo com especialistas de diferentes tendências e foi subsidiada por inúmeros estudos setoriais. O relatório final foi concluído em janeiro de 1996, portanto, antes da primeira conferência regional preparatória para a conferência mundial sobre a educação superior. Dessa forma, além do documento de orientação já mencionado, os debates preparatórios puderam contar também com o Relatório Delors. Dada a sua importância para a educação, apresentaremos uma síntese de suas linhas norteadoras.

O Relatório Delors reconhece que vivemos num mundo multirrisco. Um mundo mais complexo e inseguro e, portanto, mais perigoso. A consciência mundial está perturbada com o aumento da violência e com

---

40. XXVII CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O ENSINO SUPERIOR. TENDÊNCIAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA O SÉCULO XX I. Op. cit. p. 93.

a persistência de ideologias totalitárias que podem comprometer o futuro da democracia. O Relatório constata um paradoxo:

*Além da incerteza sobre o próprio destino, partilhada por todos os habitantes do planeta, pois ninguém está livre da violência, a impressão geral que se tem é ambígua: nunca anteriormente o sentimento de solidariedade foi tão forte; mas, ao mesmo tempo, nunca foram tontas as ocasiões de divisão e de conflito.*<sup>41</sup>

O medo desses riscos que se universaliza com grande rapidez devido às novas tecnologias do informação tem efeitos diferentes nas pessoas e nos países e tem contribuído para gerar um estado geral de insegurança e incerteza quanto ao futuro.

O desenvolvimento das interdependências, acelerado pelos efeitos da globalização veio revelar vários desequilíbrios: entre países ricos e pobres; fratura social entre os mais favorecidos e os excluídos no interior de cada país; uso descontrolado dos recursos naturais, provocando a rápida degradação do meio ambiente. As desigualdades de desenvolvimento agravaram-se, em muitos casos, como é referido pela maior parte dos relatórios internacionais, e observa-se um verdadeiro descontrole dos países mais pobres. Essas escandalosas desigualdades são cada vez mais notórias, devido à expansão dos meios de informação e comunicação”.<sup>42</sup>

Nesse contexto de contradições, a educação tem um papel primordial a cumprir, não no sentido de ser vista como uma hipótese salvadora, mas no seu verdadeiro sentido de ajudar a transformar a interdependência real em solidariedade desejada e de formar cada indivíduo para compreender a si mesmo e ao outro, por intermédio de um melhor conhecimento do mundo.<sup>43</sup>

Para desempenhar de forma exitosa essa função, a educação, em qualquer um de seus níveis e formas, deverá organizar-se com base em quatro aprendizagens fundamentais que constituirão ao longo da vida os pilares fundamentais do conhecimento: Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Viver Juntos e Aprender a Ser.

---

41. DELORS, J. Op cit. p. 45.

42. Idem, p. 45-46.

43. Ibid.

A Comissão da UNESCO para Educação do Século XXI compreendeu desde o início que seria indispensável, para enfrentar os desafios do próximo milênio, estabelecer novos objetivos para a educação e, portanto, mudar a idéia que se tem de sua utilidade. Uma nova concepção de educação deveria fazer com que todos pudessem descobrir, reanimar e fortalecer o seu potencial criativo – revelar o tesouro escondido em cada um de nós. Por isso mesmo, o próprio Relatório Delors foi intitulado Educação: um tesouro a descobrir. Isto supõe que se ultrapasse a visão puramente instrumental da educação, considerada como a via obrigatória para obter certos resultados (saber fazer, aquisição de capacidades diversas, fins de ordem econômica), e se passe a considerá-la em toda a sua plenitude: realização da pessoa que, na sua totalidade, aprende a ser.<sup>44</sup>

A rigor, o Relatório Jacques Delors deu continuidade e ampliou o que fora antes coordenado por Edgar Faure e publicado sob os auspícios da UNESCO, em 1972. A grande tese do Relatório Edgar Faure era Aprender a Ser, cuja atualidade dispensa comentários, pois o século XXI exigirá de todos nós grande capacidade de autonomia e discernimento.<sup>45</sup>

Em relação ao ensino superior, o Relatório Delors reconhece que ele é um dos motores do desenvolvimento: “Num mundo em que os recursos cognitivos, enquanto fatores de desenvolvimento, são cada vez mais importantes do que os recursos materiais, a importância do ensino superior e das suas instituições será cada vez maior”.<sup>46</sup>

Entretanto, para ser de fato motor do desenvolvimento, o ensino superior precisa de qualidade e relevância. Sob esse aspecto, há um sério obstáculo a enfrentar. Apesar do grande crescimento quantitativo (a estimativa para o ano 2000 é da ordem de noventa milhões de estudantes), as desigualdades são consideráveis, tanto em termos de acesso como na qualidade do ensino e da investigação. Além disso, afirma o Relatório, o desemprego de diplomados e o êxodo de cérebros arruinaram a confiança depositada no ensino superior.<sup>47</sup>

---

44. Ibid. p. 90.

45. Ibid. p. 20.

46. Ibid. p.140.

47. Ibid.



O restabelecimento dessa confiança assume papel decisivo pela missão ética da universidade no desenvolvimento de toda a sociedade, sobretudo nos países em desenvolvimento onde os trabalhos de pesquisa constituem pré-requisitos *sine qua non*.

O Relatório chama a atenção para a necessidade de todas as universidades se tornarem “abertas” e oferecer a possibilidade do ensino a distância ao longo da vida. Além disso, de acordo com a idéia segundo a qual cada um deve simultaneamente aprender e ensinar, a universidade deve apelar à colaboração de especialistas além dos professores de ensino superior: o trabalho de grupo, a cooperação com a comunidade, o trabalho de estudantes a serviço da comunidade, são alguns dos fatores que podem enriquecer o papel cultural das instituições universitárias.

Considerando a universidade como um local de cultura e de estudo aberto a todos, a Comissão presidida por Jacques Delors procurou concretizar sua orientação central, isto é, educação para todos ao longo de toda a vida. Reconheceu ainda a missão e a responsabilidade das universidades na participação dos grandes debates relacionados com a concepção e processo de transformação da sociedade.”

Em termos de cooperação internacional, o Relatório defende que as instituições de ensino superior estão extraordinariamente bem aparelhadas para, explorando o fenômeno do mundialização, sanarem o déficit de conhecimento e enriquecerem o diálogo entre os povos e entre as culturas. Há um obstáculo, porém, difícil de ser vencido. A concentração de pesquisa e os meios a ela ligados nos países da OCDE constituem um desafio ao desenvolvimento sustentável nos países menos avançados economicamente. Em decorrência disso, a Comissão advoga a livre circulação de pessoas e a partilha de conhecimentos científicos. Respeitando devidamente as normas de propriedade intelectual, as universidades e os governos dos países “ricos em saber” deveriam esforçar-se por todos os meios para aumentar o potencial e a capacidade de acesso à informação das regiões mais pobres do mundo.<sup>48</sup>

O Relatório Delors, após sua divulgação em todo o mundo, vem sendo objeto de inúmeros debates, análises e interpretações. De modo

---

48. Ibid, p. 146.

geral, pela força da concepção de educação que encerra, ele tem sido bem aceito pelos diferentes sistemas de ensino e passou a se constituir em referência central para a educação do século XXI.

### **A Conferência Regional Preparatória de Havana**

A Conferência Preparatória de Havana tem especial interesse para esta exposição porque ela foi convocada para discutir tendências e perspectivas para o ensino superior na América Latina e no Caribe. Pode-se afirmar que dela participou a parte mais densa dos especialistas em educação superior da região.

A Conferência, após um balanço crítico da situação atual da educação superior, condensou em dois documentos as preocupações e recomendações dos especialistas que dela tomaram parte. Esses documentos são o Informe Final e a Declaração sobre Educação Superior na América Latina e no Caribe.

O Informe Final procura situar a universidade no contexto de um horizonte obscurecido pela pobreza, o desemprego, a desigualdade de acesso à saúde e à educação, a violência e a destruição do meio ambiente.<sup>49</sup> Para enfrentar esse desafio, a autonomia constitui uma condição indispensável para que a universidade possa responder com pertinência à demanda dos diversos setores sociais.

No que se refere à qualidade, o Informe Final expressa a preocupação com a grande expansão da educação superior no continente e a concomitante redução dos orçamentos e a baixa remuneração docente. Defende que a qualidade deve estar ligada à pertinência social da universidade e que a prestação de contas à comunidade é imprescindível. Para tanto, a avaliação constitui um instrumento primoroso e deve ser vista como contrapartida da autonomia.<sup>50</sup> Da mesma forma, o credenciamento é considerado pelo Informe como ferramenta para defender o interesse público frente à desordenada diversificação dos sistemas de educação superior.<sup>51</sup>

---

49. UNESCO. *Hacia una nueva educación superior*. Caracas: CRESALC/UNESCO, 1997. p. 177.

50. *Idem*, p. 181.

51. *Ibidem*.

Com relação ao financiamento, o documento alerta para que a educação superior não seja vista apenas em termos de custo-benefício. É preciso evitar a visão reducionista que, via de regra, impede que se perceba o alcance maior da educação superior na construção de uma sociedade mais justa, aberta e democrática. Todavia, adverte o Informe, o financiamento tem a ver com a pertinência, a eficiência, a qualidade e a cooperação internacional. O Informe postula um novo tipo de cooperação internacional – a horizontal – que busca potenciar as condições endógenas do desenvolvimento e estabelecer fórmulas operativas que nascem da prática da cooperação.<sup>52</sup>

Por sua vez, a Declaração sobre a Educação Superior na América Latina e no Caribe, pautando-se pelas conclusões do Informe Final, configura-se como um compromisso moderno que destaca a importância da qualidade, da avaliação permanente e da gestão ágil e flexível. Sublinha igualmente a importância da educação continuada ao longo da vida e defende a renovação dos métodos pedagógicos com o objetivo de formar graduados que aprendam a empreender, de forma que sejam capazes de gerar seus próprios empregos.<sup>53</sup>

A Declaração enfatiza a criação científica, técnica e humanística, chamando a atenção para a necessidade de programas de informação e comunicação, estabelecimento de redes e outros mecanismos de cooperação interuniversitária. Ela recomenda a promoção de processos de integração regional, e procura situar a integração cultural e educativa como base da integração econômica. A abordagem interdisciplinar dos problemas é indispensável para essa integração.

Por último, a Declaração destaca que o apoio público continua a ser indispensável. Reconhece, no entanto, que os desafios existentes precisam da cooperação de toda a sociedade – governo, setor produtivo, sociedade civil organizada e os organismos internacionais.

---

52. *Ibid.*, p.184.

53. *Ibid.*, p.192-3.

## **A Síntese Final – A Declaração de Paris**

Os subsídios reunidos pelas diferentes conferências preparatórias regionais e outros eventos paralelos convergiram para a grande Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, realizada em Paris em outubro de 1998, que contou com a expressiva participação de mais de 4000 pessoas, 180 países e 120 Ministros. Nesse universo compareceram representantes do Parlamento, do setor privado, de associações de professores e de estudantes, reitores, pesquisadores em educação, representantes de todas as grandes associações de universidades internacionais e regionais.

A Conferência de Paris pode ser vista como o resultado da grande mobilização de uma década, condição que lhe confere grande credibilidade. Em matéria de educação superior, a Conferência de Paris não tem precedentes em termos de mobilização e magnitude.

O resultado final da Conferência foi a Declaração Mundial sobre a Educação Superior no Século XXI, cujos pontos principais passaremos a sintetizar. A educação superior tem a missão e o dever de:

- Educar, formar e realizar pesquisas com estrita observância de garantir alta qualidade. Deverá oferecer uma ampla gama de ofertas e opções e assegurar a educação permanente, como também difundir conhecimentos e contribuir para a preservação e difusão das culturas nacionais, regionais, internacionais e históricas, num contexto de pluralismo, diversidade cultural, consolidação dos direitos humanos e desenvolvimento de uma cultura de paz.
- Submeter todas as suas atividades às exigências da ética e do rigor científico e intelectual.
- Assegurar a igualdade de acesso com base no Artigo 26 (§ 1º) da Declaração Universal dos Direitos Humanos que enfatiza o mérito e combate à discriminação.
- Eliminar da educação superior todos os estereótipos com base no gênero, que muitas vezes impedem a plena participação das mulheres.
- Promover o avanço do conhecimento por meio da pesquisa, que constitui uma função essencial de todos os sistemas de educação superior.

A inovação, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade devem ser fomentadas e reforçadas pela política de incentivo à pesquisa.

- Cuidar da relevância da educação superior, que deve ser avaliada em termos do ajuste entre o que a sociedade espera das instituições e o que estas realizam. Essa avaliação deverá levar em conta padrões éticos, imparcialidade política, capacidade crítica e melhor articulação com os problemas da sociedade e do mundo do trabalho.
- Ampliar a contribuição da educação superior para o desenvolvimento do sistema educacional como um todo, especialmente por meio da melhoria da formação do pessoal docente.
- Fortalecer a cooperação com o mundo do trabalho e analisar e prevenir as necessidades da sociedade. O desenvolvimento de habilidades empresariais e o senso de iniciativas devem tornar-se preocupação permanente da educação superior, visando facilitar a empregabilidade dos formandos. Diversificar e ampliar a igualdade de oportunidades. A diversificação de modelos, de métodos e critérios de recrutamento é essencial para responder às tendências internacionais de massificação da demanda. Introduzir inovações que permitam o desenvolvimento de uma nova visão e um novo paradigma que tenha seu interesse centrado no estudante. Para tanto, a política de acesso deve mudar para poder incluir categorias cada vez mais diversificadas de pessoas.
- Formar estudantes que sejam cidadãos e cidadãs bem informados e motivados, capazes de pensar criticamente e de analisar os problemas da sociedade e de procurar soluções para eles.
- Estabelecer políticas transparentes em relação ao pessoal docente e aos estudantes. Os professores devem estar preocupados sobretudo em ensinar seus estudantes a aprender e a tomar iniciativas, em vez de serem unicamente fonte de conhecimento.
- Criar no que se refere à avaliação da qualidade, instâncias nacionais independentes e definir normas comparativas de qualidade reconhecidas no plano internacional.
- Assumir lideranças no aproveitamento das vantagens e do potencial das novas tecnologias de informação e comunicação, cuidando da qualidade e mantendo níveis elevados nas práticas e resultados da

educação. Participar da constituição de redes que possam favorecer a transferência de tecnologias. Seguir de perto a evolução da sociedade do conhecimento e considerar as novas possibilidades abertas pelo uso das tecnologias da informação e comunicação.

- Reforçar o financiamento e a gestão da educação superior. As práticas de gestão devem ter uma perspectiva do futuro, devidamente racionalizadas e presididas por mecanismos internos e externos de eficiência e responsabilidade. Deve haver autonomia para que as instituições administrem suas questões internas. A meta suprema da gestão deve ser a garantia de uma ótima qualidade.
- Fomentar a cooperação Norte-Sul com vistas a se obter o financiamento necessário para fortalecer a educação superior nos países em desenvolvimento. Adotar uma política de financiamento que considere que a educação superior precisa tanto de recursos públicos quanto privados. O Estado mantém papel essencial nesse financiamento. O financiamento público reflete em última análise o apoio que a sociedade dispensa à educação superior.
- Compartilhar conhecimentos teóricos e práticos entre países e continentes. O princípio da solidariedade e de uma autêntica parceria entre instituições de educação superior em todo o mundo é crucial para que a educação e a formação em todos os âmbitos motivem uma compreensão melhor das questões globais e do papel de uma direção democrática e de recursos humanos qualificados para a solução de tais questões, além da necessidade de se conviver com culturas e valores diferentes.
- Formular uma política de cooperação internacional que evite a perda de quadros e de talentos científicos. O esquema atual priva os países em desenvolvimento de profissionais de alto nível. Deverá ser dada prioridade à formação de centros de excelência nos países em desenvolvimento. O Programa UNITWIN das Cátedras UNESCO pode desempenhar papel importante na cooperação Norte-Sul.
- Estimular a parceria com base em interesses comuns, respeito mútuo e credibilidade. A parceria pode ser matriz estratégica para a renovação da educação superior.

## Considerações Finais

A Declaração Mundial sobre a Educação Superior foi aprovada por todos os participantes da conferência. Indiscutivelmente, ela constitui hoje um marco referencial e um guia de ação. Ela teve o mérito de, por um lado, assumir posições maduras em temas polêmicos e importantes como os do financiamento, da avaliação e da qualidade e, por outro, soube compreender e perceber o alcance das mudanças que se operam nos planos econômico, social e cultural e de suas conseqüências e implicações para as instituições de educação superior.

Os pontos que procuramos destacar representam as novas missões e funções da educação superior no contexto da mundialização das atividades humanas. Juntamente com a Declaração Mundial, a Conferência de Paris aprovou também o Marco Referencial de Ação Prioritária para a Mudança e Desenvolvimento do Ensino Superior. O próprio título deixa claro que se reconhece a necessidade de mudança. O Marco Referencial estabelece ações prioritárias na esfera nacional, no âmbito de sistemas e instituições e no plano internacional, em especial, com referência às futuras iniciativas da UNESCO. Um dos pontos centrais da cooperação da UNESCO será o de promover a mobilidade acadêmica internacional, “como forma de avançar e compartilhar o conhecimento e com vistas ao surgimento e à promoção da solidariedade como um elemento fundamental da futura sociedade global do conhecimento”.<sup>52</sup>

Essa futura sociedade global do conhecimento a que alude o Marco Referencial da Declaração de Paris, ninguém ainda sabe ao certo como será e quais serão seus desenhos, como também ninguém será capaz de provar quais serão seus efeitos sociais. Na incerteza desse novo cenário que começa a surgir, a universidade e as instituições de ensino superior e de pesquisa têm uma função primordial a cumprir, qual seja, a de exercer papel crítico e construtivo no processo de delineamento de uma nova sociedade. Nesse processo, ela deverá sempre levar em conta que uma das funções básicas da universidade consiste, como queria James Perkins, antigo Reitor da Universidade de Cornell, em atender os grandes interesses públicos da sociedade.<sup>53</sup>

---

52. XXVII CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O ENSINO SUPERIOR. TENDÊNCIAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA O SÉCULO XXI. Op. cit. p. 40.

53. PERKINS, J. A. *Universidades en transición*. Mexico: Editorial Hispanoamericana, 1967. p. 77.

Sem dúvida, esses interesses como um todo devem estar sempre presentes na política de ensino, pesquisa e extensão da universidade. Estamos seguros de que é trilhando por esse caminho que ela se converterá em instituição de referência para o próximo milênio.

Para que tal aconteça é preciso que a universidade se internacionalize. Uma agressiva política de conhecimento e informação tornou-se essencial e decisiva. Como diz Brunner, estamos à véspera de um novo tipo de civilização. Os conhecimentos, as informações e as comunicações adquirem um valor estratégico para o desenvolvimento econômico e a competitividade entre as nações, para a gestão dos assuntos públicos e privados e para a mobilidade e prosperidade das pessoas.<sup>54</sup> A inserção da universidade e de outras instituições de ensino e pesquisa no circuito internacional fará surgir uma série de facilidades que favoreça o desenvolvimento da instituição universitária e a situe num contexto mais amplo. De acordo com Philip Altbach em seu artigo sobre as perspectivas globais da pesquisa e da educação superior, a inclusão das comunidades periféricas de pesquisa no âmbito internacional tornou-se uma necessidade<sup>55</sup> para melhorar a conexão entre os pesquisadores e a união da comunidade de pesquisa.

Para encerrar, não poderíamos deixar de fazer um comentário final sobre o Brasil que, a exemplo de outros países, tem procurado reconstruir a sua política educacional para atender e se adaptar às novas circunstâncias da conjuntura internacional. Em relação ao ensino superior, a expansão de matrículas vem ocorrendo em ritmo acelerado. De 1.540.000 alunos no início da década, atualmente o Brasil possui aproximadamente 2.300.000 estudantes matriculados em seu sistema de ensino superior. A oferta se diversifica e a avaliação institucional está se tornando uma realidade. Combinar qualidade e quantidade, diversificar a oferta e ao mesmo tempo equacionar a política de financiamento que valorize a equidade e o mérito, são alguns dos grandes desafios da política de educação superior no Brasil.

Os Anais da Conferência de Paris já foram publicados no Brasil. Estamos convictos de que o debate público que já está ocorrendo, poderá contribuir para a construção de uma nova política de educação superior.

---

54. BRUNNER, J. Educación superior y globalización. *Revista Educação Brasileira*. Brasília: CRUB, V.1, p.12, 1978.

55. ALTBACH, P. G. Research on higher education: global perspectives. In: SADLAK, J. & ALTBACH, P. G. (Org.). *Higher education research at the turn of the new century*. Paris: UNESCO, 1997. p. 20.



Na construção dessa política, especial destaque deverá ser dado à cooperação horizontal entre as universidades brasileiras e a de outros países. Nessa linha, o desenvolvimento de projetos integrados e de formação de redes no âmbito do Mercosul e da América latina como um todo, adquire especial relevância face à necessidade de integração cultural e científica.

O Brasil, que nas últimas três décadas, conseguiu edificar um reconhecido sistema de pós-graduação e pesquisa poderá desempenhar papel relevante em termos de renovação da educação superior. Existem obstáculos que não são poucos, mas também existem perspectivas concretas que podem e devem ser aproveitadas.

## **ANEXOS**

Conferència Regional  
Preparatòria de Havana

## INFORME FINAL DE LA CONFERENCIA

Nos toca poner el punto final a las deliberaciones y trabajos de esta Conferencia Regional sobre Políticas y Estrategias para la Transformación de la Educación Superior en América latina y el Caribe, que tuvo como huéspedes a las autoridades y al pueblo de Cuba y a las instituciones de educación superior de la Isla. A ellos, el primer y entrañable agradecimiento. Tanto la infraestructura, que nos facilitó los elementos materiales imprescindibles, como la contribución siempre alerta de los colegas cubanos, y la atmósfera de cordialidad y afecto que nos rodeó sin pausa, garantizaron a los participantes las condiciones necesarias para desarrollar exitosamente el programa previsto.

Esta Conferencia Regional es a la vez una culminación y un punto de partida. Aquí confluyen inteligentes aportes generados durante casi dos años y que se fueron sucediendo a lo largo y a lo ancho de América Latina y el Caribe. A partir de la apelación emanada del Documento sobre Políticas y Estrategias para el Cambio y Desarrollo en la educación Superior que UNESCO emitió en febrero de 1995, se desencadenó este proceso maduro en frutos y perspectivas. Desde nuestra óptica, nos permitimos afirmar que pocas veces en la historia reciente un llamado de esta clase obtuvo la resonancia que despertó en estas latitudes ese Documento.

Culminación, sin duda, porque cierra un ciclo y abre el siguiente. Esta Conferencia recoge los sucesivos aluviones venidos desde todas las subregiones de América Latina y el Caribe. Aquí se suman y multiplican incontables contribuciones personales y colectivas, elaboradas en seminarios, conferencias, encuentros, talleres que jalonaron la etapa preparatoria. En ellos confluyeron profesores e investigadores, ministros y parlamentarios, graduados y estudiantes, empresarios, sindicalistas, cooperativistas, en definitiva, nuestra gente. Estos eventos, de escala local, nacional o regional se desplegaron en ámbitos tan significativamente dispares como las aulas de clase o las salas de los Congresos de varios países.

Y punto de partida, porque de aquí no emanan sólo acuerdos o declaraciones, sino compromisos de trabajo y acción, que habrán de perpetuar las consecuencias de este encuentro en el anonimato cotidiano. Mas allá de la euforia declarativa a la que podríamos sentirnos inclinados, el desafío está ahora en el nivel de los hechos, que también nos llamarán a seguir discutiendo.

El Documento sobre Políticas y Estrategias nos puso aquí no porque nos dijera lo que queríamos oír. Por el contrario: nos sacudió mostrándonos la imagen en sus términos crudos, puso las cosas en su lugar, y nos echó al ruedo. Y aquí estamos examinando una realidad en la que – quizá sea esa la primera comprobación en la que todos estamos de acuerdo – nos va la vida, no sólo como miembros de la comunidad académica, sino como ciudadanos de la región, a secas. A nosotros, pero también a las generaciones que nos sucederán, que ya nos están sucediendo.

Como recordó Carlos Tünnermann en su memorable conferencia introductoria, “América Latina es la región que presenta la más injusta distribución de la riqueza”, donde 200 millones de personas (46% de la población total) viven en la pobreza, 94 millones de ellas (22% de la población) viven en la pobreza absoluta, es decir, en la extrema miseria.

- “llegaremos al año 2000 con la mitad de la población sumida en la pobreza”;
- y más aun “el 60% de las personas activas en la región tienen actualmente problemas con el empleo”;
- “entre 1982 y 1990 los países de la región transfirieron al exterior 230 mil millones de dólares equivalentes al 200% de valor de sus exportaciones”;
- puede afirmarse que “en las últimas décadas América Latina y el Caribe, como región, se ha hecho más pobre y marginal”.

Y afirma que “el debate que tiene por centro a la educación superior en América latina y el Caribe, y en general, en el mundo contemporáneo todo, se caracteriza por la existencia de toda una escuela de pensamiento, promovida incluso por algunos organismos internacionales de financiamiento, que pone en tela de juicio la eficacia de la educación superior, particularmente la pública, cuestiona su eficiencia económica y

su rentabilidad social, y discute la prioridad y cuantía de las inversiones destinadas a este nivel educativo”.

Puesta a prueba una vez más, la vieja y renovada postulación recogido por el movimiento reformista, sigue sin embargo en pie, incólume. La educación en todos sus niveles es un motor fundamental de la sociedad contemporánea; lo será aún más en los días venideros, en el cercano siglo XXI, que ya se asoma en el horizonte. Más allá de frustraciones y deficiencias, la historia y el presente de nuestra educación superior nos permiten acoger esos vislumbres con optimismo.

Del examen, de la confrontación de ideas, de los acuerdos y de las divergencias que se han sucedido en estos atareados días, han brotado suficientes luces, capaces de alumbrar el derrotero de las nuevas concepciones, orientaciones y cometidos de la educación superior. Respuestas tangibles, principios puestos al día, objetivos ajustados, que apuntan al tiempo que nos espera y una seguridad que todos suscriben: sólo el camino de la transformación, sin tabúes ni temores, conecto indisolublemente promisión y realidades.

Al concluir las sesiones de trabajo de las comisiones, venimos a ensayar un resumen particularizado de sus intercambios y conclusiones. Nos propusimos reflejar la pluralidad de enfoques y perspectivas que aquí se convocaron, traducida en una producción que no vacilamos en calificar de riquísima y a veces hasta inabarcable, que resulta, en sí misma una medida de las potencialidades congénitas de nuestra educación superior.

De todas las cuestiones que esta Conferencia abordó, traemos en primer término las conclusiones a las que arribó la Comisión 1. A ella se le encomendó examinar la Pertinencia de la educación superior porque la primera pregunta que las instituciones académicas del continente deben responde es el para qué.

Las instituciones de educación superior, en particular las universidades, han contribuído de manera significativa a las grandes transformaciones de la humanidad. América Latina y el Caribe no ha sido la excepción.

Hoy estamos frente a una problemática inédita. El fenómeno de la globalización está provocando un crecimiento de la economía con la simultánea exclusión de crecientes sectores sociales y la concentración del poder económico. La brecha entre ricos y pobres se incrementa a niveles sin

precedentes. Se está erosionando el papel regulador del Estado y la propia identidad de nuestras sociedades. El horizonte está oscurecido por la pobreza, el desempleo, la desigualdad en el acceso a la salud y a la educación, la violencia y la destrucción del medio ambiente lo que constituye una seria amenaza para la cohesión social.

Hoy, más que nunca, el saber se convierte en un elemento estratégico de las Naciones. Los escenarios futuros estarán impregnados por una acelerada creación y aplicación de los conocimientos. Ello realza el papel de la educación superior, depositario de la mayor capacidad científica de la región latinoamericana y caribeña para revertir creativamente esta crisis que la agobia.

Vista la magnitud y urgencia de los problemas es imperativo potenciar la educación superior para convertirla, en el menor plazo posible, en un instrumento fundamental para superar este sombrío panorama, abrir espacios para la solidaridad inteligente y responsable, desarrollar los valores culturales, reconstruir el tejido social y el propio Estado y contribuir, junto a los demás sectores sociales, al incremento paulatino de la calidad de vida de nuestros ciudadanos.

Las instituciones de educación superior deben producir, por propia iniciativa, las necesarias transformaciones para convertirse en los referentes de los cambios que las sociedades reclaman y que deben gestarse en el consenso de sus propias comunidades, respondiendo a la urgencia y magnitud de sus desafíos. En este compromiso, la autonomía es condición indispensable para que las funciones básicas de la universidad se desplieguen hasta el máximo de sus posibilidades.

Estas mutaciones implican la apertura de un diálogo permanente con otros sectores de la sociedad, una conducta innovadora y flexible, vocación de servicio, respeto por los valores trascendentes y un fuerte compromiso con el destino mismo de sus Naciones. El grado de pertinencia alcanzados es el producto de un consenso. Incrementar la pertinencia exige trabajar simultáneamente en el campo institucional interno y externo.

Una definición de pertinencia radica en el papel que cumple y el lugar que ocupa la educación superior en función de las necesidades y demandas de los diversos sectores sociales. Las acciones que se formulen carecerán de real sentido social si no son anticipatorias de escenarios futuros y no

manifiestan su intención de modificar la realidad vigente. La pertinencia social es un requisito para la evaluación institucional. De nada servirán excelentes servicios inadecuados al entorno de la institución.

Ante los cuestionamientos de que se hace objeto a la actividad académica en la región, la Conferencia profundizó su indagación, confiando a la Comisión 2 el examen del tema de la Calidad de la educación superior, considerando a la evaluación y la acreditación como instrumentos para mejorarla, acrecentarla y garantizarla.

La preocupación por la calidad de la educación superior aparece vinculada a una problemática actual de extrema complejidad. Entre los factores que justifican una reflexión específica pueden destacarse:

- 1) La expansión oluvional que la educación superior ha experimentado en el continente, fenómeno expresado en el crecimiento y masificación de la matrícula estudiantil y la correlativa ampliación de la matrícula estudiantil y la correlativo ampliación de los cuerpos docentes.
- 2) La dificultad estructural de los sistemas educativos, expresada en la muy escasa conexión entre sus distintos niveles.
- 3) La alarmante disminución de las dotaciones presupuestales destinadas a esas crecientes necesidades.
- 4) La difícil situación del personal docente que, en porcentajes muy elevados, recibe escasas remuneraciones y enfrenta situaciones de desprofesionalización.
- 5) La necesidad de abordar procesos de innovación curricular y de mejoramiento de los métodos de enseñanza-aprendizaje.
- 6) El vertiginoso avance del conocimiento y del acceso a la información.

Aunque no se la debe tomar como una categoría absoluta, la calidad es uno de los principales conceptos inherentes a la educación superior. En una primera aproximación, podría definirse como la adecuación del ser y que hacer de la educación superior a su deber ser.

Es una construcción humano, una consecuencia de acciones deliberadas que procuran alcanzar resultados satisfactorios, acordes con finalidades preestablecidos. El problema es no imponer a la práctica de la educación

superior un concepto de calidad que viole las cualidades inherentes a ella.

La calidad de la educación superior es un concepto multidimensional, que incluye características universales y particulares que aluden a la naturaleza de las instituciones y de los conocimientos y a los problemas que se plantean en relación con los distintos contextos sociales en el marco de prioridades nacionales, regionales y locales. La calidad está esencialmente ligada a la pertinencia social, así como a la preparación y compromiso de los profesores e investigadores. En ese deslinde inicial, debe tenerse especialmente presente la responsabilidad social que entraña el que hacer de las instituciones de educación superior. Dicha responsabilidad aflora especialmente en la instancia de rendición de cuentas de su desempeño global ante la sociedad.

Así, la calidad no puede concebirse por separado, sino en estrecha referencia a otras categorías relativas a la educación superior, como la pertinencia y la efectividad, que si bien constituyen con ella tres conceptos diferentes, en la práctica se exigen, mutuamente, unos a los otros. La calidad está condicionada por los recursos asignados a la educación superior. La prolongada crisis que en este plano afecta a gran parte de los países del área limita severamente la satisfacción de los objetivos y cometidos que se trazan las instituciones académicas. En un mundo globalizado, donde los medios de comunicación restringen las identidades culturales nacionales, la educación superior deberá recuperar esas raíces como una unidad irreductible. Allí radica uno de las dimensiones de la calidad y también de la pertinencia.

La calidad de la educación superior está condicionada además por el reto del sistema educativo y a la vez interactúa con este. Es responsabilidad de las instituciones de educación superior entablar formas de articulación con ellos sus problemas y colaborar en el diseño y ejecución de las soluciones. La calidad de la docencia se construye fundamentalmente en la concepción, diseño y desarrollo de los currículos, ámbito en el que deberá sustituirse una concepción lineal por una formación integrada, de la que puedan egresar graduados creativos, reflexivos y polifuncionales. En el proceso de enseñanza-aprendizaje, gracias a un sistema de formación avanzadas, continua, abierta y crítica, el alumno acentuará su calidad de sujeto activo, protagonista de su propio aprendizaje y desarrollo.



Otras medidas tales como:

- la creación de un espacio académico común multinacional para el desarrollo de posgrados regionales y la edición de publicaciones conjuntas;
- la superación pedagógica del profesorado;
- la asimilación de las tecnologías de la informática y la educación a distancia y la equiparación de los méritos de la actividad docente con los de la investigación, constituyen pasos concretos dirigidos a obtener, en el corto plazo, un mejoramiento del servicio educativo.

La evaluación y la acreditación son instrumentos permanentes para alcanzar este objetivo de rápido mejoramiento. La evaluación, en particular, es la contrapartida de una autonomía responsable. Trasunto el compromiso de las instituciones académicas con las aspiraciones de su medio social. Debe construirse sobre parámetros, criterios e indicadores propios, respetando la identidad institucional. No cabe concebirla como la imposición de un modelo, sino adecuarla a la naturaleza de su objeto y evitar así inconvenientes uniformidades que atentan contra la creatividad y la iniciativa propia. En la evaluación interna, la participación de la comunidad universitaria constituye un factor insustituible. En el caso de la evaluación externa debe resguardarse absolutamente la autonomía. Si bien está orientada en un primer momento a elevar la calidad, la evaluación tiene también como objeto al conjunto de los restantes valores inherentes a la educación superior.

La acreditación es una herramienta concebida para defender el interés general frente a la desordenada diversificación de los sistemas de educación superior. Esta función debe recaer en instancias académica independientes.

Sin el mejoramiento de la gestión, la calidad carecerá de base sólida, por cuya razón deberá encararse la formación sistemática de recursos humanos especializados.

Frente a la prolongada crisis infligida por la reducción de los recursos destinados a la actividad académica en el continente, la Conferencia signó a la Comisión 3 el análisis de la Gestión y el financiamiento de la educación superior. Al presentar sus conclusiones, se destacan dos premisas:

- 1) La heterogeneidad de los sistemas educativos en la región. Heterogeneidad que se extienden los sistemas, a las instituciones, e inclusive, en éstas, a las culturas académicas. En gran parte, esta heterogeneidad se explica por las condiciones globales de carácter histórico, económico, social y cultural de cada país.
- 2) El tema del financiamiento debe tratarse de manera integrada a los otros temas que han ocupado a la conferencia en las diferentes comisiones de trabajo. El financiamiento tiene que ver con pertinencia, eficiencia, calidad y cooperación internacional.

El estudio y la formulación de propuestas de financiamiento y gestión de la educación superior en la región ha de partir del reconocimiento de algunos principios que le sirven como base. Entre ellos los siguientes:

- 1) El proceso de crecimiento económico en el contexto actual, debe tener como objetivo central el desarrollo sostenible con el fin de lograr un mejor nivel de calidad de vida de la población.
- 2) los gobiernos deberán tener en cuenta que sin educación superior basada en la investigación no hay desarrollo. El aumento de la productividad y la competitividad de los países requiere la capacidad por parte de éstos de incorporar ciencia y tecnología en los procesos productivos. Esto requiere que los países desarrollen una capacidad endógena de investigación, de producción de ciencia y tecnología, y ello es imposible sin sistemas educativos consolidados y eficientes. En consecuencia, el papel de las universidades es cada vez más importante y su liderazgo más exigente. la inversión en educación superior es inversión en desarrollo.
- 3) Es absolutamente estratégica la formación integral del estudiante en los componentes humanistas y de capacitación profesional de la educación superior para, con ello, garantizar las generaciones de relevo que deben mayores niveles de desarrollo lo antes posible, teniendo como referencia el inicio del nuevo siglo y milenio. Ante tan ineludible perspectiva es inadmisibles definir la misión de la educación superior a partir de las restricciones financieras de los países.
- 4) La estimación del valor de la educación exclusivamente en términos de costo beneficio, además de plantear serias limitaciones metodológicas

supone una visión reduccionista del desarrollo y una aproximación a la significación de la educación superior que olvida el valor de ésta para la construcción de la nación, su valor social y su alcance como medio para hacer una sociedad más abierta, justa y democrática.

La educación superior del continente debe y quiere ponerse sin demora a la altura de su circunstancia. El Conocimiento y uso de las nuevas tecnologías de la información y de la comunicación posibilitarán una respuesta inmediata. De ello se ocupó la Comisión 4.

El conocimiento y uso de las nuevas tecnologías de la información y las comunicaciones (NTIC) genera un desarrollo interactivo que modifica los insumos, procesos y productos del sistema de la educación superior como parte de la cultura y la sociedad en su conjunto. Esta interacción dinámica ejerce una acción transformadora sobre los demás componentes del sistema y en especial en la enseñanza, el aprendizaje, la investigación, la extensión y la educación permanente.

Se hace necesario que las instituciones de educación superior, con el apoyo de sus gobiernos, entre otros, den prioridad a la introducción de dichas tecnologías y ofrezcan capacitación adecuadas para su utilización, como una formación que incida sobre la selección, recuperación y evaluación de la información y contribuyan al desarrollo ético que esta nueva revolución necesita.

Mediante las NTIC deberá hacerse valer el derecho a la información como parte de una educación para todos, sin exclusión de ningún género. Deberá también formularse políticas que garanticen el cumplimiento de este objetivo como base para el desarrollo social y científico tecnológico.

El debate en esta Comisión se caracterizó por la tendencia a la presentación de propuestas concretas. Un apretado resumen de las mismas se recoge en la guía para la elaboración de un plan de acción.

Esta Conferencia nos ha mostrado, entre otras múltiples comprobaciones, que las instituciones de la educación superior de América latina y el Caribe deberán unir sus esfuerzos para superar los obstáculos que se cruzan en su camino. Es de ahí que la Comisión 5 fue convocada para formular una Reorientación de la cooperación internacional en el ámbito de la educación superior.

En el marco del esfuerzo de transformación que vienen impulsando nuestras universidades e instituciones de educación superior, resulta necesario replantear la cooperación internacional desde la perspectiva de las nuevas tendencias de impacto de futuro en la educación superior, la ciencia y la tecnología que fortalezca y potencie las capacidades intelectuales, culturales, científicas y tecnológicas, humanitarias y sociales de la región.

El actual contexto regional latino americano y su problemática general, de-manda el análisis de las distintas versiones de cooperación ensayadas históricamente, y en particular de las experiencias más recientes desarrolladas en el nivel horizontal, busca potenciar las condiciones endógenas de desarrollo y establecer fórmulas operativas que nacen de la práctica misma de la cooperación. Estas experiencias deben multiplicarse para responder a un período de cambios estructurales que por su propia naturaleza requieren nuevos esquemas y la superación de los modelos tradicionales.

Nace así un nuevo paradigma de la cooperación que no busca sustituir las relaciones tradicionales con las agencias encargadas de la asistencia técnica y/ o financiera, sino enriquecerlas, en una política de pares, basada en las nuevas condiciones de la región. En ese contexto, la cooperación debe orientarse a superar las asimetrías que existen, en un nuevo marco de colaboración, donde se de prioridad a una lógica de integración y de unidad que supere las mutuas diferencias.

Es menester trabajar dentro de áreas prioritarias, con recursos compartidos, con estructuras horizontales proactivas y que permitan poner en marcha programas de investigación, de docencia y de coordinación innovadores.

La intensificación de los intercambios entre las instituciones de educación superior de la región constituye un proceso en desarrollo, que requiere instancias de coordinación. En ese sentido, el Centro Regional de la UNESCO para la Educación Superior en América latina y el Caribe (CRESALC), aparece como el organismo apropiado para llevar a la práctica tales postulados, a través de una transformación de su estructura y una actualización de sus funciones, que le permitan conjugar su acción con las redes y asociaciones ya existentes e impulsar la expansión de la cooperación académica regional. Luego de evaluar exhaustivamente el contexto internacional y regional, las experiencias de la cooperación superior y universitaria, la comisión respectiva ha formulado, por unanimidad, una propuesta que se desarrolla una guía para la elaboración de un plan de acción.

# **DECLARACIÓN SOBRE LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE**

Ratificando los términos de la Declaración Universal de los derechos Humanos, la cual, en su artículo 26, párrafo 1º, sostiene que “toda persona tiene derecho a la educación” ...y que “el acceso a los estudios superiores será igual para todos, en función de los méritos respectivos”, así como el contenido de la Convención sobre la lucha contra la discriminación en el dominio de la educación (1960), cuyo artículo IV establece que los Estados signatarios se comprometen” a... volver accesible a todos, en plena igualdad, con base en las capacidades de cada uno, la educación superior...”

Partiendo de las tendencias identificadas en el Documento de política para el cambio y el desarrollo en la educación superior publicado por la UNESCO en 1995, y de los estudios, debates y reflexiones realizados desde entonces en la región sobre este documento, los cuales han recomendado fortalecer la equidad, la calidad, la pertinencia y la internacionalización en el campo de la educación superior.

Tomando en cuenta que en el umbral del siglo XXI la humanidad, frente al crecimiento del desempleo, de la pobreza y de la miseria, debe abordar imperativamente el crecimiento con equidad, la protección del ambiente y la construcción de la paz; y atendiendo las recomendaciones efectuadas por las Naciones Unidas a través de: (a) el Programa para la Paz, que contiene principios y sugerencias sobre medidas preventivas que resguarden y acciones efectivas que la restituyan cuando irrumpen conflictos incontenibles, y (b) el Programa para el Desarrollo, en el cual se establecen las bases conceptuales para impulsar el desarrollo humano sostenible y permanente.

Destacando que el desarrollo humano, la democracia y la paz son inseparable, como lo indica la estrategia a plazo medio de la UNESCO (1996-2001), que orienta los programas de educación superior de la

organización hacia tres objetivos: ampliar el acceso, la permanencia y las posibilidades de éxito, sin discriminación alguna, a los sistemas de enseñanza superior; mejorar su gestión y fortalecer sus vínculos con el mundo del trabajo; y contribuir a la construcción de la paz impulsando un desarrollo fundado en la justicia, la equidad, la solidaridad y la libertad. Asumiendo el Informe a la UNESCO de la Comisión Internacional sobre Educación para el siglo XXI en el cual , además de reafirmar las opciones arriba mencionadas, se sostiene que las universidades de los países en desarrollo tienen la obligación de realizar una investigación que pueda contribuir a solucionar los problemas más graves de dichos países dado que “les corresponde proponer nuevos enfoques para el desarrollo que les permitan construir un futuro mejor de forma efectiva”.

Reconociendo que el desarrollo económico y social, en esta particular etapa histórica, caracterizada por la emergencia de un nuevo paradigma productivo basado en el poder del conocimiento y el manejo adecuado de la información, depende de la formación de personal altamente capacitado y de la potencialidad de creación de conocimiento adecuado a las necesidades y carencias específicas de la región; todo lo cual se origina casi exclusivamente en los establecimientos de educación superior, instituciones del conocimiento que lo generan, critican y difunden.

Aceptando, por una parte, que la brecha que actualmente separa a los países de la región de los del mundo desarrollado, se manifiesta, entre otros aspectos, en materia de educación (tasas de escolarización terciaria), investigación y desarrollo tecnológico (cantidad de personal científico y técnico, inversión en I/D), e información y comunicaciones, como lo establece el Informe sobre Desarrollo Humano del Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo publicado en 1996; y, por la otra, que en la casi totalidad de los países de la región, la mayor fuente de I/D es de origen público, y el porcentaje mayor de unidades de investigación opera dentro del marco de las universidades, como lo señala el Informe Mundial de la Ciencia difundido por la UNESCO en 1993.

Advirtiendo que sin instituciones de educación superior y de investigación adecuadas, los países en desarrollo no pueden esperar apropiarse y aplicar los descubrimientos más recientes y, menos todavía, aportar sus propias contribuciones al desarrollo y a la reducción de la brecha que separa estos países de los países industrializados.

Observando que la educación superior en la región muestra entre sus principales tendencias: (a) una notable expansión de la matrícula estudiantil; (b) la persistencia de desigualdades y dificultades para la democratización del conocimiento; (c) una restricción relativa de las inversiones públicas en el sector; (d) la rápida multiplicación y diversificación de las instituciones dedicadas a impartir distintos tipos de educación terciaria; y (e) una creciente participación del sector privado en la composición de la oferta educativa. Estimando que, a pesar de los esfuerzos realizados por las instituciones de educación superior, por algunos gobiernos de América Latina y el Caribe o por las sociedades de varios países del área para aumentar las tasas de escolarización postsecundaria, en algunos de ellos aún se está muy lejos de lograr la cobertura y la calidad requeridas por los procesos de globalización, regionalización y apertura de las economías, así como de alcanzar una verdadera democratización del conocimiento.

Precisando que estas tendencias, que también se observan a escala mundial, coincidan con procesos simultáneos y a veces contradictorios de mundialización, regionalización, polarización, y democratización, marginación y fragmentación, que inciden en el desarrollo de la educación superior; al tiempo que, en la región, el peso de la deuda externa, el incremento del valor de las importaciones de bienes y servicios, la reducción de la participación en el comercio mundial, son factores causales de una situación de desigualdad social que los países del área buscan enfrentar tanto con agrupamientos regionales y subregionales, como con la instrumentación de diversas políticas sociales.

Subrayando que, en estos tiempos de cambios – tanto de signo positivo como negativo – de carácter económico, político o social, corresponde a la educación superior asumir un papel protagónico en el estudio crítico de esos cambios y en el esfuerzo prospectivo de predicción e incluso de conducción, mediante la creación y transmisión de conocimiento pertinente; y que, para ello, la educación superior debe, prioritariamente, encarar su propia transformación, proceso en el cual se requiere la participación de toda la sociedad, además del propio sector educativo.

Recordando que en América Latina, la Reforma de Córdoba (1918), aunque respondiendo a necesidades de una sociedad muy diferente a la actual, se destacó por impulsar un movimiento de democratización universitaria, insistiendo en la implantación de vínculos amplios o sólidos

entre la acción de las universidades y los requerimientos de la sociedad, principio que hoy reaparece guiando el proceso de transformación en marcha de la educación superior en la región, concedido como un fenómeno continuo y destinado a diseñar un esquema institucional original y adecuado a las necesidades actuales y futuras de sus países.

Señalando que cualquier intento consistente para superar la calidad y pertinencia de lo educación superior requiere una transformación significativa de todo el sistema educativo; y que la solución de los problemas financieros de la educación superior en América Latina y el Caribe no consiste en redistribuir los escasos recursos existentes entre los distintos niveles del sector, sino en transferir recursos de otros sectores menos prioritarios, mejorar la distribución del ingreso y diversificar los fuentes de financiamiento, todo lo cual debe ser el resultado de una búsqueda emprendida con la participación del Estado, la sociedad civil, las comunidades profesionales y empresariales para responder de esta manera en forma conjunta y equitativa a las necesidades de los diferentes componentes de la sociedad.

Los participantes de la Conferencia Regional de la UNESCO sobre Políticas y Estrategias para la Transformación de la Educación Superior en América Latina y el Caribe, provenientes de 26 países, reunidos en la Habana, Cuba, del 18 al 22 de noviembre de 1996, proclamamos que:

- 1) La educación en general, y la superior en particular, son instrumentos esenciales para enfrentar exitosamente los desafíos del mundo moderno y para formar ciudadanos capaces de construir una sociedad más justa y abierta, basada en la solidaridad, el respeto de los derechos humanos y el uso compartido del conocimiento y la información. La educación superior constituye, al mismo tiempo, un elemento insustituible par el desarrollo social, la producción, el crecimiento económico, el fortalecimiento de la identidad cultural, el mantenimiento de la cohesión social, la lucha contra la pobreza y la promoción de la cultura de paz.
- 2) El conocimiento es un bien social que sólo puede ser generado, transmitido, criticado y recreado, en beneficio de la sociedad, en instituciones plurales y libres, que gocen de plena autonomía y libertad académica, pero que posean una profunda conciencia de su responsabilidad y una indeclinable voluntad de servicio en la búsqueda de soluciones a las demandas, necesidades y carencias de la sociedad, a la que deben rendir cuentas como condición necesaria par el pleno



ejercicio de la autonomía. La educación superior podrá cumplir tan importante misión en la medida en que se exija a sí misma la máxima calidad, para lo cual la evaluación continua y permanente es un valioso instrumento.

- 3) La educación superior debe fortalecer su capacidad de análisis crítico de anticipación y de visión prospectiva; para elaborar propuestas alternativas de desarrollo y para enfrentar, con un horizonte de largo plazo, las problemáticas emergentes de una realidad en continua y rápida transformación.
- 4) Las instituciones de educación superior deben adoptar estructuras organizativas y estrategias educativas que les confieran un alto grado de agilidad y flexibilidad, así como la rapidez de respuesta y anticipación necesarias para encarar creativa y eficientemente un devenir incierto. Han de posibilitar el intercambio de estudiantes entre instituciones y, en éstas, entre las diferentes carreras, e incorporar, sin demora, el paradigma de la educación permanente. Tienen que transformarse en centros aptos para facilitar la actualización, el reentrenamiento y la reconversión de profesionales, y ofrecer sólida formación en las disciplinas fundamentales junto con una amplia diversificación de programas y estudios, diplomas intermedios y puentes entre los cursos y las asignaturas. Así mismo, deben procurar que las tareas de extensión y difusión sean parte importante de su quehacer académico.
- 5) La naturaleza del conocimiento contemporáneo, con su constante renovación y su vertiginoso incremento concuerda con el concepto actual de educación permanente. Esta debe ser un complemento indisoluble de los estudios conducentes a grados y títulos, brindando a los graduados oportunidades de actualización y adaptación a realidades cambiantes y difícilmente previsibles. La educación permanente debe hacer posible, además, que cualquier persona, en cualquier etapa de su vida, pueda regresar a las aulas encontrando siempre en ellas la oportunidad de reincorporarse a la vida académica y alcanzar nuevos niveles de formación profesional, dado que, más allá del credencialismo, la competencia adquirida posee un valor en sí misma.
- 6) La educación superior necesita introducir métodos pedagógicos basados en el aprendizaje para formar graduados que aprendan a aprender y a emprender, de suerte que sean capaces de generar sus propios empleos

e incluso crear entidades productivas que contribuyan a abatir el flagelo del desempleo. Es necesario promover el espíritu de indagación, de manera que el estudiante esté dotado de las herramientas que le permitan la búsqueda sistemática y permanente del conocimiento; lo cual implica la revisión de los métodos pedagógicos vigentes, trasladando el énfasis puesto actualmente en la transmisión del conocimiento hacia el proceso de su generación. De este modo los alumnos adquirirán los instrumentos para aprender a aprender, a conocer, a convivir y a ser.

- 7) En una sociedad cambiante es necesaria una formación integral, general y profesional, que propicie el desarrollo de la persona como un todo y favorezca su crecimiento personal, su autonomía, su socialización y la capacidad de convertir en valores los bienes que la perfeccionan.
- 8) Un sistema de educación superior solo puede desempeñar cabalmente su misión y erigirse en elemento social provechoso si una parte del personal docente y de sus instituciones – de acuerdo con los objetivos particulares de la institución, sus capacidades docentes y sus recursos materiales – realizan también actividades de creación intelectual (científica, técnica y humanística).
- 9) Resulta imperioso introducir en los sistemas de educación superior de la región una sólida cultura informática. La combinación adecuada de programas de información y comunicación replantea la necesidad de actualizar las prácticas pedagógicas en el ámbito universitario. Además, sus integrantes necesitan participar en las grandes redes académicas, acceder al intercambio con todas las instituciones con la comunidad académica, acceder al intercambio con todas las instituciones relacionadas, e incrementar la apertura y las interacciones con la comunidad académica internacional. Las instituciones de educación superior deberán asumir, al mismo tiempo, como tarea fundamental, la preservación y el fortalecimiento de la identidad cultural de la región, de modo tal que la apertura antes citada no ponga en peligro los valores culturales propios de América Latina y el Caribe.
- 10) Los retos del fin de siglo imponen a la educación superior de nuestra región el desafío de participar decididamente en el mejoramiento cualitativo de todos los niveles del sistema educativo. Sus aportes más concretos pueden darse a través de la formación de docentes;

la transformación de los alumnos en agentes activos de su propia formación; la promoción de la investigación socio-educativa respecto a problemas tales como la deserción temprana y la repetición; y su contribución a la elaboración de políticas de Estado en el campo educativo. Toda política de educación superior debe ser comprehensiva, abordando y considerando todos los componentes del sistema educativo. En particular teniendo en cuenta la perspectiva de una “educación para todos” como lo propusieron la Conferencia de Jomtien (Tailandia, 1990), a escala mundial, y el Proyecto principal de educación para América Latina y el Caribe, a nivel regional.

- 11) Las instituciones de educación superior de la región deben generar en sus graduados la conciencia de pertenecer a la comunidad de naciones de América Latina y el Caribe, promoviendo los procesos que conduzcan a la integración regional, y situando la integración cultural y educativa como bases de la integración política y económica. Frente a la formación de nuevos espacios económicos en el actual contexto de globalización y regionalización, las instituciones de educación superior deben asumir el estudio de la integración latinoamericana en sus aspectos económicos, sociales, culturales, ecológicos, políticos, etc., como tarea fundamental, con un tratamiento interdisciplinario de los problemas.
- 12) Apoyándose en el Convenio regional y la Recomendación internacional sobre la convalidación de estudios, títulos y diplomas, se debe estimular la movilidad académica y profesional con el fin de favorecer el proceso de integración económica, educativa, política y cultural de la región.
- 13) La transferencia y el intercambio de experiencias entre instituciones de educación superior – elementos esenciales del programa UNITWIN y de Cátedras UNESCO – son imprescindibles para promover el saber y favorecer su aplicación al desarrollo. La cooperación interuniversitaria puede ser facilitada por el progreso constante de las tecnologías de información y de comunicación, y resultar fortalecida por los actuales procesos de integración económica y política, así como por la creciente necesidad de entendimiento intercultural.
- 14) La expansión considerable de diversos tipos de redes y otros mecanismos de enlace entre instituciones, profesores y estudiantes, en un

momento en que ninguna institución puede pretender dominar todos las área del saber, es fundamental para la búsqueda colectiva de equidad, calidad y pertinencia para la educación superior.

- 15) El apoyo público a la educación superior sigue siendo indispensable. Los desafíos que enfrenta la educación superior constituyen retos para toda la sociedad, incluyendo los gobiernos, el sector productivo, el mundo del trabajo, la sociedad civil organizada, las asociaciones académicas, lo mismo que a las organizaciones regionales e internacionales responsables por programas de formación, investigación, desarrollo o financiamiento.
- 16) Por lo dicho antes, todos los actores sociales deben sumar sus esfuerzos y movilizarse para impulsar el proceso de profundas transformaciones de la educación superior, apoyándose en el establecimiento de un nuevo “consenso social” que coloque a las instituciones de educación superior en una mejor posición par responder a las necesidades presentes y futuras del desarrollo humano sostenible, aspiración que, en lo inmediato, comenzaría a concretarse mediante la ejecución del Plan de acción gestado en esta Conferencia.

# GUÍA PARA ELABORACIÓN DE UN PLAN DE ACCIÓN

El propósito central de la Conferencia fue gestar un plan de acción que recogiera las conclusiones y las recomendaciones emanados de cada una de las comisiones. Sin embargo, el hervidero de ideas y propuestas en que se transformó el encuentro se volcó en un torrente que hizo imposible elaborar el plan en estos cinco jornadas. Para no perder ninguno de los generosos insumos aquí producidos, preferimos someterlos a un período de mínima decantación.

Com acuerdo de los organizadores ofrecemos esta recopilación bajo el nombre de Guía para la elaboración de un Plan de Acción y encomendamos a CRESALC la preparación de un programa concreto que habrá de ponerse en marcha en el menor plazo.

## **CONCLUSIONES Y PROPUESTAS DE LA COMISIÓN 1: PERTINENCIA DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR**

1. Procurar la universalización de la enseñanza avanzada, de alta calidad y permanentemente sujeta a revisión, con el fin de incrementar los espacios para nuevas generaciones.
2. Integrar las instituciones de educación superior con los demás niveles de educación con el objeto de conformar un sistema articulado dentro del cual se deberá asumir una conducta proactiva conducente a la identificación de falencias. Su contribución podrá traducirse a través de la investigación aplicada, de su participación en la formación inicial de docentes, y en el perfeccionamiento y actualización del personal calificado, y el asesoramiento en el diseño de modelos curriculares.
3. Organizar sistemáticamente sus funciones para cumplir con el principio de educación permanente y para atender la capacitación de trabajadores,

egresados y sus propios cuadros docentes, mediante planes de enseñanza formal y no formal.

4. Garantizar el principio de acceso universal y la gratuidad de enseñanza superior par mejorar la equidad asegurando una adecuada calidad y efectividad en los estudios.
5. Asegurar la homologación de los niveles de calidad sin importar estratos sociales, sexo e ubicación geográfica para mejorar la equidad.
6. Dinamizar la reforma de los planes de estudio introduciendo mecanismos flexibles, para atender con anticipación las señales del mundo del trabajo.
7. Asegurar la incorporación de valores trascendentes tales como: la libertad, los derechos humanos, la responsabilidad social, la ética y la solidaridad. Al mismo tiempo desarrollar la capacidad para relacionar el conocimiento con su aplicación, el saber con el hacer y el espíritu emprendedor que debe caracterizar a los egresados.
8. Participar activamente en la formulación y ejecución de las políticas nacionales de ciencia y técnica.
9. Valorizar la capacidad de producción de conocimiento endógeno que posibilite formas de desarrollo inteligente y solidario para incrementar la competitividad, la capacidad de organización y la eficiencia contribuyendo a la reconstrucción del estado y la sociedad.
10. Hacer más permeables y flexibles las estructuras académicas disciplinarias y profesionales reconociendo la importancia de los abordajes interdisciplinarios para explorar y experimentar propuestas necesariamente originales en las soluciones de nuestros problemas sociales.
11. Promover el Servicio Civil Universitario, mediante servicios periódicos de docentes y estudiantes en la sociedad, como manera de reforzar la función de extensión y potenciar la aplicación de conocimientos y la comprensión de la realidad.
12. Potenciar la capacidad para estudiar la realidad de manera proactiva, en diálogo con los distintos sectores sociales, recibiendo los problemas que se plantean, identificando la verdadera naturaleza de los obstáculos y oportunidades e impulsando en el plano interno las investigaciones necesarias para elaborar las propuestas.

13. Acompañar de manera activa los procesos de integración regional y sub-regional con el objeto de viabilizar proyectos que propendan a mejorar la calidad de vida y el bienestar de la sociedad latinoamericana y caribeña. Evaluar conjuntamente con el Programa Bolívar las posibilidades de cooperación con el sector productivo industrial y empresarial.
14. Promover la organización de redes académicas en vinculación con el Sistema Económico Latinoamericano (SELA), para optimizar el análisis de los procesos de desarrollo inserción externa y mejorar la toma de decisiones de los sectores públicos y privados.
15. Estimular, dentro del ámbito de la universidad, iniciativas que permitan determinar el grado de pertinencia alcanzado y su evolución.
16. Propiciar mediante la organización de un seminario regional, con participación de sectores representativos de la sociedad, el estudio, revisión y eventuales propuestas de reforma de las estructuras legales y jurídicas que rigen la educación superior en nuestros países con el objeto de afianzar la mayor pertinencia en concordancia con el ideal latinoamericano.

## **CONCLUSIONES Y PROPUESTAS DE LA COMISIÓN 2: CALIDAD, EVALUACIÓN Y ACREDITACIÓN INSTITUCIONAL**

1. Promover la consolidación de la comunidad académica regional, de carácter multinacional, mediante la creación de organizaciones *ad-hoc*.
2. Estimular el desarrollo de los postgrados regionales, a través de la creación de redes.
3. Capacitar pedagógicamente a los docentes de la región y en general promover su superación profesional, científica y pedagógica.
4. Hacer del autoexamen de la educación superior una disciplina curricular, dirigida a toda la comunidad académica, de forma tal que el conocer y el aprender la educación superior alimenten el compromiso con su mejoramiento.
5. Contrarrestar el peligro de las tendencias endogámicas, creando una cultura de la evaluación que se fundamente en los objetivos y cometidos de las instituciones académicas, y que comprometa a sus estamentos.

6. Crear equipos multilaterales para el estudio y la identificación de valores comunes, que sirvan de marco estructural par la formulación de políticas y estrategias.
7. Implantar dichos equipos multilaterales en institutos y centros de estudios estratégicos de nivel superior, de forma tal que, a través de ellos, los países del continente puedan enfrentar conjuntamente estos desafíos.
8. Establecer parámetros comunes de evaluación externa de los programas de postgrado, de aceptación internacional.
9. Incorporar expertos de diversos países en los procesos de evaluación externa.
10. Propiciar la investigación que tengo por objeto la educación superior, incluyendo la creación de Redes UNITWIN y Cátedras UNESCO.
11. Incorporar a los estudiantes al conjunto de estas tareas.
12. Desarrollar programas de educación permanente, presenciales o a distancia.
13. Apoyar los programas para la formación de investigadores jóvenes (maestrías y doctorados), estimulando la complementariedad entre instituciones de distintos países.

### **CONCLUSIONES Y PROPUESTAS DE LA COMISIÓN 3: GESTIÓN Y FINANCIAMIENTO**

#### **ESTRATEGIAS PARA EI FINANCIAMIENTO**

1. Los gobiernos deben garantizar el cumplimiento del derecho a la de educación. En consecuencia, deben asumir la responsabilidad de su financiamiento, en el marco de las condiciones y exigencias propias de cada sistema educativo; sin que ello signifique un abandono de algunos de los niveles del conjunto o la redefinición de los criterios de inversión, de modo tal que esta última exprese la importancia que se otorga a la educación en el discurso político.



2. La política de financiamiento público debe ir acompañada de acciones gubernamentales complementarias tales con créditos y becas para los estudiantes, así como la creación de fondos financieros que aumenten los recursos destinados al sistema de educación superior.
3. De igual manera, los gobiernos deberían promover la utilización de las capacidades de las instituciones de educación superior y tener en cuenta sus potencialidades para el estudio y solución integral de los problemas, así como para la identificación y aprovechamiento cabal de oportunidades para el desarrollo y la integración en América Latina y el Caribe. A su vez deberían fortalecer las capacidades de los Ministerios de Educación Nacionales, con el fin de que su función sea más orgánica y eficiente respecto al sistema de educación superior en cada país.
4. Debe quedar claro que la naturaleza y misión de la educación superior prevalece como criterio de identificación de fuentes financieras adicionales. Teniendo lo anterior plenamente en cuenta, las instituciones deben desarrollar estrategias para acrecentar sus recursos propios que, con carácter adicional, contribuyan a su financiamiento. En esta línea de acción aparecen como prioridades: la transferencia de servicios, la educación continua, la comparación de la universidad con el sector productivo de bienes y servicios y, en general, con la sociedad. Las necesidades de esta última deben de constituir una urgencia para las instituciones de educación superior de la región. Estas deben trabajar en la búsqueda o rescate de la confiabilidad de la sociedad en lo que ella realiza.
5. Las instituciones, actuando de manera proactiva, deben cambiar en los campos académicos, administrativos y de gestión; es fundamental una revolución metodológica en las formas de trabajo de las instituciones. Estas deben replantear el modelo educativo que tienen y el tipo de formación que desean para sus egresados. La formación integral, el rescate de los valores éticos y la adquisición de una responsabilidad social en quienes pasan por las instituciones es una tarea urgente de llevar a cabo. En este contexto, la búsqueda de financiamiento no debe desfigurar la naturaleza de las instituciones.
6. No puede descargarse en el estudiante el costo de formación, toda vez que el tema de la equidad debe encararse en todos los niveles de la educación. La concepción de la educación superior como un bien público signifi-

ca que su valoración no puede limitarse a indicadores cuantitativos de carácter económico; debe remitirse en prioridad a su valoración social en la perspectiva del desarrollo humano. Al cumplir la Universidad un papel social esencial, el Estado no puede abandonar la responsabilidad de financiamiento; y por eso, debe asegurar estrategias de reasignación de gastos públicos, de cambios en la legislación impositiva procurando una orientación progresiva de los mismos. Además debe apoyar a las instituciones en la búsqueda de fuentes adicionales al financiamiento público, en la medida en que la obtención de recursos propios no vaya en detrimento de sus funciones.

7. Existe el convencimiento de que la disponibilidad o no de recursos para las instituciones de educación superior de la región no es un problema económico ni financiero, sino un problema estrictamente político en el marco de las decisiones nacionales e internacionales orientadas a la concreción del desarrollo autónomos de cada país.
8. Los fondos provenientes de los organismos multilaterales para el financiamiento de la educación superior, deben otorgarse de acuerdo con criterios que consulten el interés de los protagonistas de la educación superior.
9. Propender, de manera efectiva al cumplimiento de lo recomendado a los países de la región en la “Declaración de México” (1979), en el sentido de aumentar los presupuestos dedicados a la educación, hasta llegar al 7% del Producto Nacional Bruto como mínimo.

#### **ESTRATEGIAS PARA MEJORAR LA GESTI N**

10. La gestión de la educación superior debe coadyuvar a que los sistemas y las instituciones identifiquen plenamente los cambios del entorno y de las condiciones históricas prevaletentes y ganen capacidad para articularse a las velocidades de los fenómenos que ocurren en los diferentes terrenos.
11. En materia de investigación sobre educación superior, y sobre su importancia para el desarrollo de ese subsistema, se destacó la conveniencia de que los propios investigadores asuman una posición avanzada en la promoción y realización de investigaciones en la materia, así

como la necesidad de que las instituciones establezcan y concreten políticas explícitas en este campo.

12. El conjunto de políticas, estrategias y actores proactivos identificados, en primera aproximación para el modelo de gestión serían:
  - 12.1. De modernización y actualización permanente de los aspectos jurídicos de los sistemas e instituciones.
  - 12.2. De dirección del cambio con carácter prospectivo, mediante el establecimiento de centros o unidades especializadas con el apoyo y la participación de instituciones públicas y de educación superior, entre otras.
  - 12.3. De formación de dirigentes de alto nivel para la educación superior y el desarrollo, mediante estrategias de establecimiento de programas especiales sustentados en la cooperación interinstitucional con el concurso de centros de excelencia, redes, y demás recursos institucionales.
  - 12.4. Comunicacionales, mediante la estrategia puesta en marcha de programas especiales y la concurrencia de recursos provenientes de unidades e instancias de docencia, extensión e investigación.
  - 12.5. Financieras, a través de la estrategia del establecimiento de la correspondencia entre pertinencia y calidad, recursos requeridos con fondos públicos y nuevas estrategias, contando con el concurso de diversos actores vinculados al financiamiento, tanto dentro del ámbito propio de la educación superior como en su entorno.
  - 12.6. De optimización administrativa y de toma de decisiones, mediante estrategias de modernización de rutinas, elaboración de modelos decisionales, equipamiento para procesamiento automatizado, todo ello sustentado en sistemas integrales de información, confiables, transparentes y oportunos.
  - 12.7. De concertación, replanteando las estrategias y líneas de acción de los organismos que representa el poder corporativo en las instituciones con el fin de facilitar los consensos indispensables para una exitosa ejecución de las decisiones, en beneficio del logro de los proyectos educativos.

- 12.8. Creación de un sistema de información que haga más transparente las condiciones internas de operación de las instituciones y posibilite la investigación en material de educación superior en la región.

### PROPUESTA PARA LA REESTRUCTURA DEL CRESALC

Con el fin de canalizar las acciones propuestas y llevar a cabo el plan de acción de esta Conferencia, se propone una reforma del CRESALC que le permita de manera efectiva coordinar las acciones propuestas, realizar aquellas que sean de su competencia y fortalecerse como instituto; cuyas líneas de acción consistan, entre otras, en:

13. Llevar a cabo estudios, análisis, proyectos e investigaciones que apoyen la generación de políticas públicas y otras iniciativas en materia de educación superior en la región;
14. Ser un espacio para la discusión de los temas, problemas coyunturales, y desafíos y oportunidades de largo plazo, inherentes a la educación superior en la región;
15. Poseer un programa de formación que contribuya a la capacitación y modernización de la alta dirección de la educación superior y de sus instituciones en la región;
16. Ser un centro de información que alimente el trabajo de los grupos de investigación y de las comunidades académicas del campo de la educación superior en América Latina y el Caribe, así como a los actores de la sociedad civil, del Estado y del aparato productivo de bienes y servicios, desarrollando procesos de intercambio y de difusión documental, con las entidades correspondientes.
17. Coordinar las Cátedras y Redes UNESCO en la Región.
18. Fortalecer la acción y la presencia de la UNESCO en la Región.

**CONCLUSIONES Y PROPUESTAS DE LA COMISIÓN 4:  
NUEVAS TECNOLOGÍAS DE LA INFORMACIÓN Y  
LAS COMUNICACIONES (NTIC).**

1. Debido a que el acceso masivo a las NTIC constituye un instrumento capaz de modernizar amplios sectores de la educación superior en la región, la UNESCO puede aportar una contribución fundamental, recomendando la adopción de programas destinados a incrementar inversiones en infraestructuras conjuntas de información y teleinformática por parte de los gobiernos de la región de la América Latina y el Caribe y así lograr el financiamiento de las redes universitarias nacionales como la futura base de la red latinoamericana para la educación y desarrollar políticas nacionales para su conexión o las redes globales, favoreciendo el acceso a INTERNET y el fomento de INTRANETS.
2. Se deberá impartir entre los maestros y profesores de la región una formación que los ponga en condiciones de incorporar a la enseñanza el uso de las NTIC y los capacite para actuar como multiplicadores de su uso. Por su parte la modificación de los currículos de las carreras relacionadas con las Ciencias de la Información desempeña un papel relevante en la perspectiva de lograr un profesional cuya sistematizarla. Paralelamente a esto, los programas de estudios superiores deberán incluir en lo sucesivo, sea en la carrera que fuere, el uso de estas tecnologías como herramienta imprescindible para el aprendizaje y para el ejercicio profesional, para así, dentro de esta perspectiva, fomentar la creación de una nueva cultura informacional en cuyo contexto la introducción de personal de alta capacitación especializado en telemática es una necesidad ineludible.
3. Diseñar y poner en práctica campañas de sensibilización dirigidas a los diferentes estamentos de las instituciones de educación superior, cuyo propósito sea obtener un cambio significativo y profundo en las percepciones de alumnos, docentes e investigadores sobre el valor de la información y sobre las oportunidades amplias que para el trabajo académico brindan estas tecnologías.
4. Proponer que la UNESCO convoque a una Conferencia Mundial de Información (paradigma del Siglo XXI), que debiera estar precedida por Conferencias Regionales, invitando a todos los actores vinculados

a la utilización y producción de la información y de las nuevas tecnologías para su preservación, acceso y difusión.

5. Solicitar que la UNESCO promueva la creación de un Centro Regional para el estudio del comportamiento de los decisores en relación con la utilización de la información y el conocimiento.
6. Recomendar que la UNESCO estimule la organización y creación de comités de pensadores y creadores para fomentar la generación, uso y aplicación a nivel nacional y latinoamericano, de información y conocimientos soportados en las NTIC.
7. Invitar a la UNESCO a promover el empleo de fuente de financiamiento para la contratación de expertos de América Latina y el Caribe para desarrollos específicos a través de medios virtuales o de trabajo a distancia, de manera que se logre un mayor aprovechamiento del financiamiento disponible, con la disminución de los gastos en cuestiones burocráticas.
8. Instar a la UNESCO a impulsar, a través de sus sectores de educación, comunicación, informática e información, acciones que promuevan la realización de proyectos que introduzcan las NTIC en los programas escolares de los niveles primario y secundarios.
9. Crear una comisión u organismo que coordine la ejecución y evaluación de los proyectos tendientes a generar el desarrollo de la educación basada en el uso de las NTIC y la comunicación para facilitar la transmisión y/o generación del conocimiento en la región.
10. Realizar investigaciones sistemáticas sobre transferencia de la información y su relación con el aprendizaje.
11. Fortalecer y ampliar los programas de educación a distancia en que se utilicen las NTIC.
12. Facilitar la utilización de las NTIC en los programas de educación a distancia, mediante la creación de las capacidades locales correspondientes, involucrando a las empresas que pretendan capacitar a sus empleados por esta vía con el fin de lograr el financiamiento necesario para ello e incrementando la cooperación entre universidades y otros organismos. Promover que se destine financiamiento a los países de

América Latina para el desarrollo de la educación a distancia con uso de las NTIC, manteniendo en primer lugar el componente humano, con factor fundamental, donde las tecnologías son el complemento de este.

13. Promover la creación de Centros Universitarios de producción de multimedia para la actividad docente, los servicios de información y la preservación y difusión del patrimonio documental latinoamericano y caribeño.
14. Favorecer los acuerdos nacionales y multinacionales de instituciones de educación superior (IES) para el desarrollo de productos multimedia y la realización de actividades académicas conjuntas basadas en las NTIC.
15. Aprovechar el servidor Programa de Cooperación Regional de Sistemas Nacionales de Información para el Desarrollo (INFOLAC) para tener un punto focal regional WWW de las IES.
16. Identificar los Centros de excelencia en NTIC en la región, coordinarlos en red y difundir sus experiencias.
17. Transformar las bibliotecas universitarias en pasarelas a la INTERNET y a las INTRANETS.
18. Promover que INFOLAC mantenga un foro permanente sobre el conocimiento y uso de las NTIC.
19. Promover la creación de al menos una cátedra UNESCO sobre NTIC.
20. Proporcionar la intercomunicación de todos los actores del conocimiento y uso de las NTIC e implementar modelos que permitan su ajuste y generalización.

### **CONCLUSIONES Y PROPUESTAS DE LA COMISIÓN 5: REORIENTACIÓN DE LA COOPERACIÓN INTERNACIONAL**

1. Exhortar a que las universidades incluyan partidas presupuestales especiales destinadas a la cooperación regional horizontal.
2. Promover la creación de unidades especializadas de gestión de la cooperación internacional en cada universidad, así como de instancias colegiadas centrales.

3. Promover una Red de Redes a partir de la conjunción de esfuerzos de las diversas experiencias que se están desarrollando en la región, como la Asociación de Universidades Grupo Montevideo (AUGM), Asociación de Universidades Amazónicas (UNAMAZ), Asociación de Universidades e Institutos de Investigación del Caribe (ÚNICA), Consejo Superior Universitario Centroamericano (CSUCA), entre otras.
4. Promover la figura de consorcios académicos en las iniciativas de cooperación, con el fin de aprovechar instalaciones, laboratorios, infraestructuras y recursos existentes.
5. Considerar como prioridades a los temas de cooperación internacional el medio ambiente y la sustentabilidad, los nuevos actores sociales y la participación de minorías étnicas, lingüísticas, de género y de clase como interlocutores y protagonistas involucrados en los procesos de cambio de la educación superior.
6. Proponer que en las próximas reuniones latinoamericanas y caribeñas de cooperación internacional el portugués sea considerado también lengua oficial.
7. Así mismo, como fue dicho en la Relataría General, la Comisión 5 adoptó por unanimidad la siguiente propuesta:
  - 7.1. Recomendará la UNESCO la reconversión del CRESALC en una institución autónoma para la Educación Superior de América Latina y el Caribe, dentro de los marcos, normatividad y especificidades que mantiene este organismo internacional.
  - 7.2. Invitar al conjunto de las asociaciones regionales, subregionales y nacionales de universidades e instituciones de educación superior, a las representaciones de las universidades e instituciones de educación superior públicas y privadas, a las redes de instituciones y grupos de trabajo de investigación y docencia, a los organismos y las agencias para el desarrollo, a los organismos gubernamentales y no gubernamentales que participan en esta conferencia regional, así como a quienes no estando presentes por diversas circunstancias estén dispuestos a hacerlo, a que suscriban esta recomendación central que ha acordado la comisión N° 5.



7.3. Sugerir que esta nueva entidad:

- 7.3.1. Recoja las resoluciones y plan de acción emanados de esta conferencia para darle sentido y programa a sus tareas, desde la perspectiva de conformarse como un centro de evaluación y extensión, de información y base de datos del sistema latinoamericano de universidades e instituciones de educación superior, ciencia, tecnología y humanidades, como una instancia colegiada de coordinación y cooperación horizontal y como un centro de investigación, desarrollo y formación del nuevo capital cultural e intelectual que permita la potenciación de las capacidades endógenas y creativas de nuestros países.
- 7.3.2. Tenga como soporte una instancia regional consultiva amplia y representativa de los organismos, asociaciones, redes y programas de cooperación para apoyar en todo momento el éxito de su implantación y desenvolvimiento.
- 7.3.3. Promueva y coordine actividades y tareas que se realizan en el marco del programa UNITWIN y de las cátedras UNESCO que se llevan a cabo en el continente, así como apoye, promueva y coordene tareas de investigación y formación de otros organismos y asociaciones.

7.4. Se recomienda también que:

- 7.4.1. Refuerce la Red Cooperativa de Instituciones de Educación Superior para la Formación y el Perfeccionamiento Pedagógico de Docentes de Educación Superior (REDESLAC) para propiciar el uso y manejo de las nuevas tecnologías para el aprendizaje y para fortalecer los lazos y los medios de comunicación para los fines de la cooperación y el intercambio académico.
- 7.4.2. Ponga en marcha mecanismos de evaluación de sus tareas y ofrezca asesorías en la materia para impactar favorablemente la calidad de la enseñanza y la investigación de la educación superior y sobre todo garantizar la permanencia, el arraigo y la reproducción de nuestra capacidad intelectual.

- 7.4.3. Apoye y promueva las redes subregionales existentes e impulse la constitución de nuevas, para multiplicar estas experiencias exitosas en diferentes zonas el continente.
- 7.4.4. Trabaje dentro de áreas fundamentales y prioridades para la región que permitan construir capacidades endógenas y cooperativa sobre todo en núcleos de frontera del conocimiento, impacto en la solución de problemas sociales ingentes, medio ambiente y sustentabilidad del desarrollo, investigación de la educación superior y universitaria, formación de docentes y cuadros de alto nivel para el liderazgo institucional, comunicación y nuevas tecnologías, derechos humanos y democracia, transferencia de tecnologías, patentes y propiedad intelectual y fortalecimiento de una educación para todos, el bienestar social y el patrimonio cultural.
- 7.4.5. Propicie y emprenda acciones concretas para apoyar y poner en marcha programas de movilidad estudiantil y académica, para alcanzar perfiles básicos que sean comunes y el reconocimiento de cursos y títulos.
- 7.4.6. Formule un plan integral de desarrollo para impulsar un nuevo tipo y estilo de cooperación internacional que posibilite el desarrollo de experiencias mutuas sur-sur y norte-sur que impacten favorablemente a la región latinoamericana y caribeña, desde el plano de los acuerdos y metas planteados en esta conferencia.

## NOTA SOBRE OS AUTORES

### JORGE WERTHEIN

Representante da UNESCO no Brasil. PhD em Educação, Mestre em Comunicação e Mestre em Educação pela Universidade de Stanford. Foi Diretor do Escritório da UNESCO em Nova Iorque e Washington (1994 a 1996); Diretor de Relações Externas do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, Sede do IICA, em San José, Costa Rica (1986 a 1994); e Especialista em Educação Rural (encarregado dos Programas Sociais para o Brasil), do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, no Brasil (1977-1986). Entre suas publicações estão Políticas de Educação e Combate à Pobreza – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Pobreza e Desigualdades Sociais. Salvador: SEI, 2003. 296p. (Série Estudos e Pesquisas, 63); Construção e Identidade: as idéias da UNESCO no Brasil – Edições UNESCO Brasil, Brasília, 2002; Fundamentos da Nova Educação – Cadernos UNESCO Brasil, série Educação Volume 5, Jorge Werthein e Célio da Cunha. Brasília, DF, 2000.

### CÉLIO DA CUNHA

Doutorado em Educação pela UNICAMP. Mestrado em Educação pela Universidade de Brasília. Foi Superintendente de Desenvolvimento Social e de Ciências Humanas e Sociais do CNPq, Diretor e Secretário Adjunto de Políticas Educacionais (MEC/SEF/SPE). Professor Adjunto da Faculdade de Educação da UnB. Atualmente é Assessor Especial da UNESCO no Brasil. Integra o Conselho Editorial e o Conselho Consultivo das Revistas Ensaio e Linhas Críticas (FE-UnB). Tem artigos e livros publicados.